

20/09/2019

Grande Imprensa

CORREIO BRAZILIENSE - DF

[Desbloqueio será de R\\$ 12,5 bilhões](#)

O GLOBO - RJ

[APRENDIZADO REMOTO](#)

CORREIO BRAZILIENSE - DF

[PT pretende processar Weintraub](#)

[Ensino a distância tem mais vagas que presencial](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP

[Memórias de uma escola](#)

[Propostas do Congresso ampliam gastos da União](#)

[Diagnóstico](#)

[Governo Doria dá cargo a nutricionista suspeita de envolvimento com máfia da merenda](#)

[Cursos a distância sobem 51% no ensino superior e número de vagas supera o de modalidade presencial](#)

[Governo Bolsonaro discorda de relatório sobre Fundeb e pode mandar texto próprio](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[Triplica busca por ensino a distância](#)

[Desistência supera 50% e só 1/3 conclui no prazo previsto](#)

[Financiamento pela rede privada avança](#)

[Aluno esfaqueia professor na zona leste](#)

[Desbloqueio no Orçamento sai hoje e será de R\\$ 12,46 bi](#)

[MEC não apoia proposta que prevê 40% de recursos da União ao Fundeb](#)

O GLOBO - RJ

[MEC retira apoio à proposta da Câmara para o Fundeb](#)

[Os sinais de risco de o BC não viu](#)

VALOR ECONÔMICO - SP

[Vagas em graduação a distância são maioria pela 1ª vez, mostra Inep](#)

[Governo deve usar PEC própria para novo Fundeb](#)

[Equipe econômica libera até R\\$ 13 bi do contingenciamento](#)

[Grupo Marista investe em escola para classe média](#)

Imprensa Estadual

DIÁRIO CATARINENSE - SC

[GRADUAÇÃO EM ALTA](#)

[MEC desbloqueia verbas](#)

J. DO COMMERCIO - PE

[Ministro é contra 40% no Fundeb](#)

MEIO NORTE - PI

[Piauí é 0 2º do Nordeste em matrículas](#)

[Educação reduziu distorção idade-série](#)

O POPULAR - GO

[Comunidade define escola](#)

TRIBUNA DO NORTE - RN

[Graduação a distância sobe no país](#)

[Novo Fundeb poderá ter custo adicional de R\\$ 600 bilhões](#)

Agências de notícias e sites

AMAZ. EM TEMPO - AM

[Atividade física: osteoporose pode ser prevenida ainda na adolescência](#)

CENTRAL DE NOTÍCIAS

[Sorvete, remédios e sistemas: conheça inovações que surgiram em pesquisas na UFSC](#)

DIÁRIO - MS

[Pesquisadora aborda em livro a morfologia da língua Kaiowá](#)

FAX AJU

[CRC de Sergipe publica edital para o mestrado em ciências contábeis](#)

NSC TOTAL - RS

[“É muita bobagem do governo cortar aquilo que é o futuro”, diz cientista catarinense premiado](#)

[Sorvete, remédios e sistemas: conheça inovações que surgiram em pesquisas na UFSC](#)

AGÊNCIA ESTADO

[MEC não apoiará proposta que prevê Fundeb permanente com 40% de recursos da União](#)

[Experiências são fundamentais na Educação Infantil](#)

METRÓPOLES

[Testemunha de defesa de Dilma ganha poder \(e cargos\) no MEC de Weintraub](#)

Agências de notícias e sites

AGÊNCIA CÂMARA

[Orçamento para bolsas de pesquisa depende da arrecadação de impostos, diz secretário](#)

AGROLINK

[Fundecitrus irá realizar VI Simpósio MasterCitrus em 25 de outubro](#)

JORNAL DA CIÊNCIA

[Campanha “Ciência, pra que ciência?” já recebeu mais de 60 vídeos](#)

[Fórum de coordenadores de pós-graduação em Saúde Coletiva manifesta-se contra cortes](#)

SEGS - PORTAL NACIONAL

[Debate internacional de educação está com inscrições abertas](#)

UFPEL

[Consun emite Nota de Rejeição ao Future-se](#)

AGÊNCIA GLOBO

[Alunos com Fies e ProUni desistem menos de curso superior](#)

[Pela 1ª vez, licenciatura a distância tem mais alunos que no ensino presencial](#)

METRÓPOLES

[MEC está “distante” das metas do PNE para educação superior](#)

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA

Desbloqueio será de R\$ 12,5 bilhões

O presidente Jair Bolsonaro anunciou ontem nas redes sociais que o descontingenciamento que deverá ser anunciado hoje será de R\$ 8,3 bilhões, para a Educação e demais ministérios. “Desde o início, nosso governo preza pela responsabilidade com as contas públicas. Com muito sacrifício, estamos criando condições para manter os investimentos”, escreveu o chefe do Executivo. Contudo, fontes próximas à equipe econômica informaram que a liberação de recursos será maior, de R\$ 12,5 bilhões, porque a receita com tributos e dividendos está vindo acima das expectativas.

Atualmente, R\$ 34 bilhões do Orçamento estão contingenciados. O bloqueio fez com que bolsas de estudo fossem cortadas e a rotina na Esplanada mudasse nos últimos meses. Vários prédios públicos encerram os trabalhos às 18h e dificultam o acesso de pessoas após esse horário, para evitar gasto com energia.

No Ministério da Economia, até o cafezinho foi cortado, obrigando os funcionários a fazer uma vaquinha e comprar uma cafeteira para manter o hábito durante o expediente. Já o Ministério da Educação anunciou o corte de 5,6 mil bolsas da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** a partir deste mês. O ministro da Educação, Abraham Weintraub, esteve reunido com o ministro da Economia, Paulo Guedes, ontem, para negociar o desbloqueio de gastos.

A equipe econômica deverá apresentar os dados de descontingenciamento hoje, durante a divulgação do relatório bimestral de avaliação fiscal. A Receita Federal ainda não divulgou o resultado da arrecadação. A expectativa é de que os números sejam apresentados na próxima semana, mas, pelas previsões de analistas, o crescimento deverá ser de quase 6% na coleta de tributos no mês de agosto. (RH)

topo ↕

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE APRENDIZADO REMOTO

Vagas no ensino superior à distância ultrapassam, pela primeira vez, as presenciais RIO E BRASÍLIA

A oferta de vagas no ensino superior à distância pela primeira vez ultrapassou a dos cursos presenciais, segundo levantamento do Ministério da Educação relativo a 2018, divulgado ontem. Em um ano, o número de cursos à distância no país cresceu 50%, chegando a 3.177. Preço médio menor é fator de atração.

Pela primeira vez, a oferta de vagas nos cursos de graduação à distância (EAD) ultrapassa o número de vagas disponibilizadas pelo ensino presencial, segundo dados do Censo da Educação Superior.

De acordo com o levantamento, divulgado ontem pelo Ministério da Educação (MEC), em 2018 houve 7,1 milhões de vagas à distância e 6,3 milhões em cursos presenciais. Apesar do grande número de vagas disponíveis, a quantidade efetivamente ocupada é pequena.

O número de cursos de educação à distância no país cresceu 50% em apenas um ano, passando de 2.018 para 3.177.

Do total de vagas do ensino superior, a maior parte é oferecida por universidades privadas: cerca de 12 milhões, e 835 mil por instituições públicas. No que diz respeito ao número de vagas na EAD, a tendência se repete, com cerca de 7 milhões de vagas no setor privado e 113,1 mil no público.

Os dados evidenciam ainda o domínio de alguns grupos educacionais privados no ensino superior à distância. Segundo o Censo, apenas cinco instituições particulares concentram mais de 50% dos alunos que cursam EAD. O ingresso nessa modalidade também cresceu consideravelmente, passando de 1.073.497 para 1.373.321. A taxa de ingresso no presencial faz o caminho oposto, caindo de 2.152.752 para 2.072.614.

FONTE DE RECURSOS

Após a desidratação do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), a partir de 2015, e o

impacto nas matrículas presenciais, a educação à distância se tornou uma fonte de recursos importante para os grupos privados.

—É um desafio importante para instituições manter o equilíbrio econômico, já que o preço médio das mensalidades da EAD é menor que do ensino presencial — afirma o presidente da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior, Celso Niskier, acrescentando que o modelo do ensino superior deve ser cada vez mais híbrido: — Acredito que estamos estamos caminhando para uma educação coma combinação de presencial e EAD.

Um decreto assinado pelo presidente Michel Temer em 2017 flexibilizou os parâmetros para a educação à distância no ensino superior. A norma afrouxou os critérios para abertura de novos polos. Antes, era necessária uma visita in loco de técnicos do MEC para permitir a inauguração — a partir do decreto, bastava atender aos indicadores de qualidade estabelecidos pelo órgão.

Embora o número de vagas ocupadas seja pequeno, o crescimento na oferta de vagas e cursos evidencia o protagonismo que a educação à distância tem obtido no sistema educacional superior do país. Os cursos de graduação à distância devem ter atividades presenciais. É o caso de avaliações, estágios, atividades que demandem atuação em laboratório científico e a defesa do trabalho de conclusão de curso. Recentemente, além dos cursos de graduação, a **Capes** permitiu pela primeira vez cursos de pós-graduação strictu sensu à distância.

Na opinião do especialista em EAD João Vianney, além da flexibilização da norma para construção de novos polos, a crise econômica e as características da sociedade atual explicam o aumento explosivo na oferta da modalidade:

— Os cursos de EAD são em média 70% mais baratos que os da educação presencial, num país com economia estagnada, e a opção da população é pela mensalidade mais barata. Além disso, a EAD leva o acesso a uma ampla gama de cursos em cidades pequenas e médias.

Professora da USP, Elba Barreto pondera que a expansão desenfreada da educação à distância, sobretudo em carreiras que formam professores, é preocupante, uma vez que grande parte dos cursos não oferece estrutura que viabilize a qualificação adequada.

No caso dos cursos de licenciatura, que habilitam o estudante a ser professor da educação básica, o número desses graduandos na modalidade não presencial se tornou maioria no país: 50,2% dos matriculados nas licenciaturas fazem a formação à distância.

—É um ensino superior que se expandiu e é caracterizado como um ensino de massa, que atende a grande proporção de alunos a muito baixo custo, com improviso em termos da produção de material, polos com atendimento precário. Para formação na docência, é muito importante botar o pé na escola. Há uma carga horária de estágio muito grande para essas carreiras, e a inserção desses cursos à distância com as redes de ensino regulares é muito mais precarizada — analisa Elba Barreto.

QUALIDADE PREOCUPA

A situação ganha contornos alarmantes quando analisada a diferença entre os resultados alcançados por alunos da educação presencial em comparação com os que fazem a modalidade à distância. Uma avaliação feita pelo consultor da Hoper Educação Adriano Coelho, com base nas notas do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), mostra que 62% dos estudantes de pedagogia à distância foram “reprovados” na prova, ou seja, tiraram conceito 1 ou 2. Na educação presencial, o percentual cai para 29%.

— Essa expansão em larga escala e sem o devido cuidado oferece riscos bastantes sérios pela frente. A próxima geração de profissionais que teremos são as pessoas que estamos formando agora. Noca sodas licenciatura sé ainda pior, porque são eles quem vão formar os outros profissionais. Temos casos de EAD muito interessantes no país, ilhas de excelência que estão conseguindo conceito E nade 4 e 5, mas não é uma tendência geral.

topo ↕

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA

PT pretende processar Weintraub

O PT decidiu processar o ministro da Educação, Abraham Weintraub, pelas declarações feitas no Twitter após o anúncio de que funcionários da sigla ganharam R\$ 120 milhões na Mega-Sena. Segundo o líder do partido na Câmara, Paulo Pimenta (RS), as declarações foram não apenas invejosas, mas ofensivas.

Nas mensagens, publicadas ontem, Weintraub ironizou o fato de o bolão de servidores da sigla ter sido o vencedor da loteria. “Petistas na liderança do partido obtiveram R\$ 120 milhões. Aparentemente, não há crime no episódio. Dúvidas: será a primeira vez que a PF não vai investigar petista que fica milionário? O PT expulsa quem fica milionário sem roubar?”, escreveu o ministro, na rede social. Ele continuou: “Dois eventos praticamente impossíveis na mesma notícia: ganhar sozinho na Mega-Sena e petista ficar milionário sem roubar...estou com medo de ver um Saci Pererê hoje”.

O ministro emendou mais tuítes sobre o assunto: “Grupo do PT fica milionário sem roubar. Parabéns à tigrada. Agora já podem parar de defender o Lula” e “os ganhadores da loteria já passaram no shopping para comprar cuecas extragrandes? (Velhos hábitos...)”.

O deputado Rogério Correia (PT-MG) rebateu: “Recalque, inveja? Calúnia? Ou é tudo isso junto? Quando o ministro da Educação vai parar de falar bobagem em rede social e trabalhar contra os cortes na sua área? Escolas pedem socorro, universidades pedem socorro, e o ministro fica brincando de lacração em Twitter...”, reprovou. O deputado Zeca Dirceu (PT-PR), também reagiu. “Seu cretino, desqualificado. Aguarde um processo! Universidades paralisando atividades, mais cortes no orçamento da educação para 2019/20, e você com tempo pra fazer inúmeras calúnias gratuitas contra trabalhadores humildes.”

topo ↕

CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASIL

Ensino a distância tem mais vagas que presencial

O ensino superior na modalidade de educação a distância (EaD) oferece, pela primeira vez, mais vagas do que o ensino presencial, segundo dados do Censo da Educação Superior 2018, divulgados pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). O levantamento

mostra que, ao todo, foram oferecidas 13,5 milhões vagas, no ano passado, para educação superior no Brasil — 7,1 milhões para cursos a distância e 6,4 milhões para graduações presenciais.

Para o ministro da Educação, Abraham Weintraub, a expansão do ensino a distância é uma tendência mundial. “Isso só tende a se consolidar”, afirmou. Apesar disso, os cursos presenciais ainda tiveram mais alunos novos matriculados em 2018. Houve 2 milhões de matrículas na modalidade presencial e 1,3 milhão em cursos EaD. A educação tradicional também lidera em número de cursos e de alunos que concluem a formação.

A professora Cláudia Costin, diretora do Centro de Excelência e Inovação em Políticas Educacionais da Fundação Getúlio Vargas (FGV), explica que o aumento de vagas na modalidade a distância é reflexo de mudanças sociais e tecnológicas. “Com o avanço da tecnologia, é natural que haja essa expansão. Mas, são precisos a tutoria adequada e a definição de padrões de qualidade”, alerta. “É necessário acompanhamento permanente, conexão com os alunos e comunidades virtuais que funcionem bem. O ideal seria a educação semipresencial, pois seria possível avaliar o progresso do aluno e continuar sendo flexível.” O curso a distância mais procurado, tanto em universidades privadas quanto públicas, é o de pedagogia

O censo mostrou ainda que a oferta de vagas de ensino superior é maior nas instituições privadas — cerca de 12 milhões, contra 835 mil nas públicas. De acordo com Carlos Moreno, da Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed) do Inep, existem 2,5 mil universidades e faculdades privadas, o que representa 75% da rede.

Em relação à modalidade EaD, o setor privado também prevalece, com 7 milhões de vagas. Já o setor público detém apenas 113,1 mil. Segundo Cláudia Costin, as faculdades privadas têm maior oferta porque são voltadas para o adulto que trabalha — e que prefere administrar a rotina e aproveitar o tempo em casa. Conforme os dados do censo, apenas cinco instituições particulares concentram mais de 50% dos alunos que cursam EaD.

A vendedora Renata Martins, 25, estuda marketing digital a distância no Centro Universitário Iesb. Ela conta que escolheu a modalidade devido à facilidade de poder montar o próprio horário e à mensalidade mais barata. “A qualidade de ensino é equivalente à do curso presencial. E ainda posso estudar em casa, sem atrapalhar a rotina de trabalho”, diz.

A estudante Yasmin Reis, 20 escolheu cursar administração EaD na Faculdade Anhanguera como segunda graduação — ela também faz educação física na Universidade de Brasília (UnB). Yasmin afirma que o ensino a distância é uma boa opção para quem deseja flexibilidade e comodidade, mas não considera a qualidade melhor que a do presencial. “Durante as videoaulas surgem questionamentos e dificuldades. Infelizmente, não tem ninguém para ajudar de imediato, como em uma sala de aula”, relata. Além disso, para Yasmin, existe um “deficit de conhecimento no que diz respeito à prática”. “Recomendo se a pessoa não tiver outra forma de estudar, mas não como primeira opção”.

* Estagiários sob supervisão de Odail Figueiredo

Veto a PEC do Fundeb

O governo retirou o apoio à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da deputada Professora Dorinha Rezende (DEM-TO), que aumenta de 10% para 40% a participação da União no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). O ministro da Educação, Abraham Weintraub, afirmou que o Executivo deve enviar ao Congresso proposta que prevê aumento para 15%. Para o ministro, a PEC da deputada “fere o equilíbrio fiscal, não é solvente a longo prazo e apresenta erros técnicos”.

Compare

Estatísticas da educação superior por modalidade de ensino — Brasil 2018

A distância Presencial

Cursos 3.177 34.785

Vagas 7.170.567 6.358.534

Ingressantes 1.373.321 2.072.614

Matrículas 2.056.511 6.394.244

Concluintes 273.873 990.415

Fonte: Censo da Educação Superior 2018

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO

Memórias de uma escola

À Eaesp, aos colegas e aos professores, minha gratidão, com o profundo desejo de que tempos tristes nunca se repitam

Tive, nesta quarta (18), uma oportunidade muito rica, a de relembrar minha vida como estudante universitária na Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas, numa entrevista concedida ao CPDOC, que está recompondo a memória institucional da escola. Quase sem preparação emocional, provocada por um entrevistador que tentava extrair de mim as lembranças mais bonitas e dolorosas, vi-me duas vezes tentando conter um choro que insistia em sair junto com as palavras.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/claudia-costin/2019/09/memorias-de-uma-escola.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO

Propostas do Congresso ampliam gastos da União

Governo estima que despesas obrigatórias consumiriam 94% do Orçamento

Brasília

Enquanto o Ministério da Economia busca medidas para evitar uma paralisia da máquina pública por falta de recursos, propostas em debate no Congresso têm potencial para estrangular ainda mais o Orçamento.

Embora seja considerado mais austero do que a formação do último mandato, o atual Congresso vem trabalhando em iniciativas que ampliam os gastos da União em um momento de forte aperto fiscal.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/09/propostas-do-congresso-ampliam-gastos-da-uniao.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - PAINEL S.A.

Diagnóstico

Após um ano de parceria com Harvard, a Dasa validou os algoritmos de inteligência artificial criados por especialistas do centro de ciência de dados da escola de medicina da universidade americana. Os algoritmos analisam ressonâncias magnéticas para determinar presença e gravidade de doenças.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painelsa/2019/09/predio-de-r-12-bi-do-tj-de-sp-deve-gerar-aperto-para-tribunal-diz-meirelles.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Governo Doria dá cargo a nutricionista suspeita de envolvimento com máfia da merenda

Sem ter sido nomeada, funcionária atua como diretora em órgão da Secretaria da Educação

São Paulo

A Secretaria Estadual da Educação, sob gestão de Rossieli Soares, trouxe de volta para cuidar do programa de alimentação das escolas paulistas Vanessa Alves Vieira, nutricionista exonerada após suspeita de envolvimento na chamada máfia da merenda.

Há cerca de um mês, ela ocupa a cadeira de diretora técnica 2 do Cenut (Centro de Serviços de Nutrição) da pasta, mesma função que exercia à época. Sua nomeação, no entanto, não foi publicada no Diário Oficial do Estado, o que torna a atribuição irregular.

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/09/governo-doria-da-cargo-a-nutricionista-suspeita-de-envolvimento-com-mafia-da-merenda.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Cursos a distância sobem 51% no ensino superior e número de vagas supera o de modalidade presencial

Modalidade avança na rede particular, mas taxa de alunos que concluem o curso é menor

Brasília

Dados do Censo da Educação Superior de 2018, divulgados nesta quinta-feira (19), mostram um forte avanço das graduações a distância. O número de cursos aumentou 51% com relação a 2017 e o volume de vagas oferecidas nessa modalidade superou pela primeira vez o número registrado em cursos presenciais.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/09/cursos-a-distancia-sobem-51-no-ensino-superior-e-numero-de-vagas-supera-o-de-modalidade-presencial.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Governo Bolsonaro discorda de relatório sobre Fundeb e pode mandar texto próprio

Ministro diz que governo foi pego de surpresa por relatório, mas que está aberto a diálogo

Brasília

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, disse que o governo Jair Bolsonaro (PSL) discorda do texto apresentado na Câmara sobre a renovação do Fundeb, que prevê um salto na complementação da União de 10% para 40%. Segundo Weintraub, o governo estuda encaminhar um texto substitutivo próprio.

"A gente considera que proposta da Professora Dorinha [deputada do DEM-TO]fere o equilíbrio fiscal", disse o ministro nesta quinta-feira (19) em entrevista coletiva. "A gente vai buscar outra solução, estamos abertos ao diálogo."

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/09/governo-bolsonaro-discorda-de-relatorio-sobre-fundeb-e-pode-mandar-texto-proprio.shtml>

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

Triplica busca por ensino a distância

BRASÍLIA

De cada dez calouros, quatro foram para o ensino a distância (EAD) no ano passado, conforme o Censo do Ensino Superior. Desde 2011, a modalidade EAD triplicou – passando de 431,5 mil ingressantes para 1,37 milhão. Mantenedoras comemoram, mas especialistas temem reflexos adversos na formação de professores. Abandono chega a 50% e preocupa o governo.

O número de ingressantes em cursos de graduação presencial no País em 2018, 2,07 milhões, foi o menor dos últimos sete anos, mostra o Censo de Educação Superior, divulgado ontem. De cada dez calouros na graduação, quatro foram para o ensino a distância. Desde 2011, a modalidade EAD cresceu mais de três vezes – passando de 431,5 mil ingressantes, em 2011, para 1,37 milhão em 2018.

Preparado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, (Inep), o censo deixa clara a concentração do mercado de ensino a distância – apenas 244 instituições privadas ofertam essa modalidade de ensino. Mais de 80% dos estudantes de EAD estão matriculados em 20 instituições – 19 privadas.

E, pela primeira vez, foram ofertadas em 2018 mais vagas de cursos a distância do que na modalidade presencial: 7,1 milhões de vagas EAD, ante 6,3 milhões nos cursos presenciais.

No universo das particulares, Pedagogia concentra o maior percentual de matrículas de cursos a distância, 23,4%. Em seguida, vem Administração e Contabilidade com, respectivamente, 11,4% e 7%. Na rede federal, os cursos a distância de Pedagogia também são maioria. Eles respondem por 12,9% das matrículas. Em seguida, vem Matemática, com 11,9%. Questionado se isso não aumentaria o risco de professores serem formados sem nunca ter dado uma aula em sala, o presidente do Inep, Alexandre Ribeiro Lopes, se amparou nas regras existentes. De acordo com ele, a abertura de

cursos cumpre o que é determinado por lei.

O crescimento de cursos a distância ganhou força exatamente graças a uma decisão do governo federal. Em 2017, o MEC publicou uma portaria tornando mais simples as regras para a criação de graduações nessa modalidade. Anteriormente, a abertura de polos estava condicionada a uma vistoria feita por técnicos. Com a mudança, basta que alguns indicadores de qualidade sejam atendidos.

O estudo mostra ainda a expansão do mercado privado no ensino superior. No ano passado, a cada 4 alunos matriculados nos cursos de graduação, apenas 1 estava em uma instituição pública. No período 2017/2018, a rede pública cresceu 1,6%, enquanto a privada, 2,1%. O fenômeno é identificado em todo o País. Em alguns casos, a diferença é muito marcante. Em São Paulo, por exemplo, são 4,6 alunos na rede pública para cada aluno na rede privada, quando se consideram os cursos presenciais. Em todo o País, só Roraima apresenta mais matrículas na rede pública. Educação superior. De cada dez calouros na graduação, quatro foram para o EAD, que apresenta ampla concentração de mercado, com mais de 80% dos matriculados em apenas 20 instituições – 19 delas privadas. Mudança em regra para abrir polo impulsionou setor

Ressalvas. O fenômeno da expansão de cursos de graduação a distância é visto de diferentes formas pelos especialistas. Parte tem ressalvas sobre a qualidade da modalidade a distância, pela dificuldade de acompanhar alunos, interagir com colegas e professores e ofertar atividades práticas. Outro problema apontado é o nível maior de desistência nas graduações EAD.

Para Celso Niskier, presidente da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES), porém, “uma modalidade de ampla aceitação mundial está expandindo”. “Esse avanço do EAD vem acontecendo por motivos econômicos

e financeiros, mas também por uma mudança da sociedade, que passa a aceitar melhor a educação mediada por tecnologias, além do alcance das pequenas e médias cidades, que a abertura de polos EAD abrange.”

Olavo Nogueira Filho, diretor de políticas educacionais do Todos pela Educação, ainda considera preocupante o avanço da participação de cursos a distância em Pedagogia e nas licenciaturas. “É como acontece

com Medicina. Ninguém avalia ter um médico que recebeu apenas conhecimentos teóricos”, compara. Ele acredita que o fato de graduações voltadas à docência serem agora majoritárias na modalidade de cursos a distância certamente poderá comprometer a qualidade do profissional. “Não se trata apenas de alguns indicadores. O professor precisa, para além do teórico, saber transmitir os ensinamentos aos alunos.”

Resultado. A alternativa encontrada pelas instituições teve boa adesão. Os resultados estão estampados no Censo de Educação Superior, divulgado ontem pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Em 2018, o equivalente a 46,8% dos alunos da rede privada de ensino superior tinham algum tipo de financiamento para pagar as mensalidades. Em 2009, o universo era bem mais acanhado: 23% dos estudantes.

Do total dos estudantes que hoje recebe financiamento, 27% recebem Fies, 19%, o Prouni, e 54%, outras formas de financiamento. Em 2018, 1,6 milhão de estudantes estava matriculado com essa forma de financiamento.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

Desistência supera 50% e só 1/3 conclui no prazo previsto

L.F. e I.P.

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, chamou a atenção para as altas taxa de abandono dos cursos de ensino superior. Antes de os dados serem apresentados, ele observou que as taxas de desistência superam os 50% no País. São alunos que ingressam, mas não completam o curso. “A conclusão é óbvia. Se a gente reduzisse significativamente essa deficiência, a gente conseguiria dobrar o ensino superior”, afirmou.

Instituições privadas são as campeãs de desistência. Dados do censo mostram que 59,9% dos alunos desistiram do curso. Em seguida, vêm alunos das universidades federais (com 47,6% de desistência) e das estaduais (com 41,9%).

Há também atrasos. De acordo com o censo, 33% dos alunos matriculados concluem o curso no tempo que seria inicialmente programado para a graduação. Esse desempenho é um pouco superior do que o apresentado por Portugal (29%), Holanda (28%) e Áustria (26%), mas muito inferior, por exemplo, ao que é apresentado no Reino Unido, onde a taxa de conclusão é de 72%. Nos Estados Unidos, a taxa é de 38%.

De acordo com o censo, 19,6% das pessoas com 25 a 34 anos no Brasil têm educação superior. Um desempenho melhor do que o apresentado por faixas etárias mais altas. Entre 55 a 64 anos, 13,7% têm educação superior.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

Financiamento pela rede privada avança

Três em cada quatro alunos matriculados em cursos de ensino superior estão na rede privada. A expansão do setor, que ganhou fôlego a partir dos anos 2000 graças a programas como Fies e Prouni, hoje está atrelada a outra forma de financiamento: a realizada pelas próprias instituições de ensino.

Depois da readequação do Fies e da consequente redução de financiamentos por ele ofertados, a partir de 2018, entidades passaram a buscar alternativas para garantir um bom número de estudantes em suas instituições. “Pesquisas mostravam que alunos tinham receio, por exemplo, de fazer empréstimos em bancos”, conta o diretor do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior de São Paulo (Semesp), Rodrigo Capelato.

As pesquisas também indicavam que alunos confiavam em alternativas criadas pelos próprios institutos. Como instituições não podem cobrar juros, as prestações são indexadas de acordo com a mensalidade da faculdade.

Se uma mensalidade custa R\$ 1 mil, por exemplo, o estudante se compromete a pagar prestações mais baratas. O desconto é cobrado depois, quando ele se forma. Mas aí, se o valor da mensalidade subiu, ele pagará o valor proporcional. Se o desconto for de 50% e mensalidades são de R\$ 500, ele passa a pagar, depois de formado, metade do valor da

mensalidade vigente. “Se o valor subiu para R\$ 1.200, ele pagará R\$ 600.”

Resultado. A alternativa encontrada pelas instituições teve boa adesão. Os resultados estão estampados no Censo de Educação Superior, divulgado ontem pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Em 2018, o equivalente a 46,8% dos alunos da rede privada de ensino superior tinham algum tipo de financiamento para pagar as mensalidades. Em 2009, o universo era bem mais acanhado: 23% dos estudantes.

Do total dos estudantes que hoje recebe financiamento, 27% recebem Fies, 19%, o Prouni, e 54%, outras formas de financiamento. Em 2018, 1,6 milhão de estudantes estava matriculado com essa forma de financiamento.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

Aluno esfaqueia professor na zona leste

ESPECIAL PARA O ESTADO AGÊNCIA BRASIL

Um aluno de 14 anos esfaqueou um professor ontem pela manhã dentro da Escola Municipal de Ensino Fundamental (Emef) Doutor Paulo Gomes Cardim, do Centro Educacional Unificado (CEU) Aricanduva, na zona leste da capital paulista. Segundo a Polícia Militar, o estudante golpeou o professor no abdome, por volta das 9h20, e depois se esfaqueou. As identidades do professor e do aluno não foram divulgadas.

O docente foi levado para o Pronto-Socorro Municipal Jardim Iva e, em seguida, encaminhado para o Hospital Estadual Vila Alpina, também na zona leste de São Paulo. Já o aluno, do 7.º ano do ensino fundamental, foi socorrido pelo helicóptero águia da PM e encaminhado ao Hospital das Clínicas, na região central da cidade.

Ontem à noite, o estado de saúde do professor era considerado grave, mas estável. Conforme a Secretaria Estadual de Saúde, ainda não se sabia se ele teria de ser operado. Não há informações sobre o estado de saúde do adolescente ferido.

Atividades suspensas. Em nota, a Diretoria Regional de Itaquera informou que a direção do CEU Aricanduva suspendeu as atividades na unidade ontem e equipes de saúde foram ao local para prestar atendimento psicológico aos estudantes, professores e servidores. O caso foi registrado no 66.º DP (Vale do Aricanduva).

O Instituto Vladimir Herzog (IVH), que realizava uma atividade no teatro do CEU Aricanduva no momento do crime, lamentou o caso. Segundo informou, uma equipe de formadores e professores “foi surpreendida” pela notícia. “Após o episódio, o instituto interrompeu as atividades previstas para o restante desta quinta.”

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ECONOMIA & NEGÓCIOS

Desbloqueio no Orçamento sai hoje e será de R\$ 12,46 bi

Uma redução de R\$ 5,8 bilhões nas despesas previstas com pessoal vai ajudar o governo a abrir espaço no Orçamento e cumprir a promessa de liberar recursos para desafogar ministérios, que correm risco de um apagão por falta de dinheiro. O valor do desbloqueio que será anunciado hoje deve ficar em R\$ 12,46 bilhões.

As despesas com subsídios também devem cair cerca de R\$ 1 bilhão. Como outros

gastos estão crescendo, o valor final do alívio nas despesas deve ficar próximo de R\$ 6 bilhões. As receitas, por sua vez, devem ter um crescimento líquido de R\$ 6,46 bilhões para a União.

Após prometer uma liberação de R\$ 14 bilhões ainda este mês, valor que acabou não se concretizando, o governo tem adotado um tom de maior cautela no anúncio do desbloqueio. Tanto o presidente Jair Bolsonaro quanto o ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, têm falado em uma cifra de R\$ 8,3 bilhões, menor do que será efetivamente liberado.

Do valor total de R\$ 12,46 bilhões, R\$ 2,6 bilhões em receitas recuperadas por meio da Operação Lava Jato serão direcionadas para ações de preservação ambiental (R\$ 1 bilhão) e de educação (R\$ 1,6 bilhão). A decisão foi um acordo com o Supremo Tribunal Federal (STF).

Além disso, as emendas parlamentares devem ficar com R\$ 1,2 bilhão a R\$ 1,4 bilhão. Outra fatia será desbloqueada para o Judiciário e o Legislativo.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ECONOMIA & NEGÓCIOS

**MEC não apoia proposta que prevê 40% de recursos da União ao Fundeb
Para ministro Weintraub, 15% de aumento gradual nos aportes é suficiente para garantir R\$ 4,3 mil por aluno por ano**

BRASÍLIA

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, disse ontem que não apoiará, no Congresso, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 15 de 2015, da deputada Professora Dorinha Rezende (DEM-TO), para o novo modelo do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb).

Como mostrou ao Estado, a parlamentar, relatora do tema na Câmara dos Deputados, defende que o Fundeb seja permanente – pela legislação atual, o fundo deve ser extinto em dezembro de 2020 –, além do aumento da participação da União, dos atuais 10%, para 40% no longo prazo. “Consideramos que a proposta da Professora Dorinha fere o equilíbrio fiscal, vamos buscar outra solução”, disse o ministro.

O Ministério da Educação quer aumentar esse percentual para 15% de forma gradativa e atrelar esse incremento a cláusulas de desempenho dos governos beneficiados. O Ministério da Economia afirmou, por meio de nota, que apoia o aumento da parte da União no Fundeb para 15%, desde que a fonte dos recursos sejam os fundos constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Ainda ontem, Weintraub se reuniu com o ministro da Economia, Paulo Guedes. O chefe da Educação disse que os dois ministérios estão alinhados e trabalham juntos para elaborar uma proposta. “Sempre trabalhamos unidos”, disse.

Weintraub afirmou que o governo pode agora enviar um texto próprio ao Congresso para manter o programa e que, inclusive, já chegou a conversar com o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, sobre o assunto.

O Fundeb foi criado pela Emenda Constitucional 53, de 2006. O mecanismo responde por mais de 63% das verbas hoje disponíveis para os níveis fundamental e médio,

segundo o Ministério da Educação (MEC).

O Estadão/Broadcast mostrou na quinta-feira que a equipe econômica acompanha com apreensão o relatório da PEC 15. Pelas contas de técnicos do Ministério da Economia, a aprovação do texto pode aumentar o gasto do governo federal em mais de R\$ 855 bilhões em dez anos, anulando todo o esforço da reforma da Previdência.

Impacto. Durante a apresentação do relatório na quarta-feira, a deputada apresentou números da consultoria legislativa da Câmara que apontam impacto de R\$ 279 bilhões para a União em dez anos. Ela, no entanto, não soube informar a base do cálculo nem se esses valores foram corrigidos pela inflação.

Para chegar aos 40%, a proposta de Dorinha prevê que novas fontes de arrecadação sejam destinadas ao Fundeb. A lista inclui 75% de tudo que União, Estados, municípios e Distrito Federal arrecadarem em royalties de extração mineral – inclusive, petróleo e gás.

Segundo Weintraub, o governo federal discorda dessa possibilidade. O MEC se baseia em estudos que estabelecem investimento mínimo de R\$ 4,3 mil por aluno, por ano, e diz que os 15% de verbas federais são suficientes. “A previsão do preço do petróleo é muito volátil. Quando ela introduz critérios como esse, e ainda dá um exponencial de trazer 40% em vez de 15%, ela aumenta essa volatilidade, trazendo mais instabilidade. Tecnicamente, foi uma surpresa e a gente está retirando o apoio.”

O Fundeb é composto por recursos das administrações municipais, estaduais e do Distrito Federal. Além disso, acrescentam-se a ele, hoje, 10% do total como contrapartida do governo federal para garantir que cada Estado e município cumpra um valor mínimo de gasto por aluno definido a cada ano pelo MEC.

topo ↕

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

MEC retira apoio à proposta da Câmara para o Fundeb

Weintraub afirma que aumento de complementação da União para 40% é inviável e que o governo estuda elaborar novo projeto

BRASÍLIA

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, convocou uma entrevista coletiva ontem para dizer que o governo é contra a posição da deputada Dorinha Seabra (DEM-TO), relatora da PEC do Fundeb, que propôs o aumento da complementação da União no fundo da educação básica.

Hoje, o governo federal aporta 10% do montante recolhido pelo Fundeb de impostos estaduais e municipais. A deputada propõe uma elevação dessa cota para 40%, escalonados em dez anos. O governo estuda mandar um projeto próprio para o Congresso.

Segundo Weintraub, a proposta de Dorinha Seabra não atende aos critérios fiscais necessários ao Brasil e peca por problemas “técnicos”. O ministro reclamou, por exemplo, que a deputada incluiu royalties do petróleo na verba vinculada à Educação, o que pode quebrar a previsibilidade de quanto a União terá que desembolsar para fazer a complementação do fundo.

— Quando introduz critérios como esse, aumenta a volatilidade (dos repasses). Foi uma surpresa (a proposta de Dorinha). Estamos retirando completamente o apoio ao projeto — disse Weintraub.

O ministro afirmou que tem se reunido com os titulares da Economia, Paulo Guedes, e da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, para traçar estratégias. Ele não descartou a elaboração de um projeto próprio do governo. Afirmou que trabalha em parceria com a equipe econômica e agradeceu publicamente a Guedes. Nos bastidores, porém, a cúpula do Ministério da Economia avalia que houve leniência do MEC em ser surpreendido com a proposta, conforme mostrou o GLOBO.

Weintraub disse que a proposta de aumentar a completção em até 15%, em cinco anos, feita pelo MEC à comissão especial da Câmara que analisa a matéria, continua de pé. Segundo ele, os cálculos do governo consideram que o valor de R\$ 4.300 por ano por aluno é suficiente. Ainda de acordo com ele, seria possível chegar a esse montante com a proposta defendida pelo governo. (Renata Mariz)

topo ↕

O GLOBO - RJ - MÍRIAM LEITÃO

Os sinais de risco de o BC não viu

Um dia depois da queda dos juros e da indicação de novos cortes pelo BC, bancos preveem juros reais perto de zero e o dólar sobe

Os sinais na economia brasileira e mundial são mistos, mas o Banco Central tomou a decisão de baixar os juros e indicar novas quedas. O BC olhou pouco para os riscos e muito para a necessidade de dar estímulos monetários à economia. Ontem o Brasil foi o país onde o dólar mais subiu. Alguns bancos previram taxas ainda menores ao fim do ciclo de baixa. Há até quem tenha passado a apostar em Selic a 4,25%. Se isso acontecer, os juros reais estarão próximos de zero e o país mais vulnerável a qualquer choque inflacionário.

A economista-chefe da XP Investimentos, Zeina Latif, acha que o Banco Central viu uma janela de oportunidade para cortar os juros e obter uma reação mais forte na economia e por isso estima que a Selic cairá a 4,5%. Mas ela admite que há alguns riscos nessa estratégia:

—O ambiente no mundo é de fato desinflacionário, mas o dólares tá subindo, por isso tenho minhas dúvidas se é sustentável. Por causa do dólar.

Zeina diz que apesar da melhora recente na área fiscal, coma aprovação da reforma da Previdência e a atuação dos bancos públicos e do Tesouro, novos sinais negativos começaram a surgir:

— Eu pessoalmente acho que aumentou o risco fiscal. Pegue os últimos desdobramentos: houve o debate do teto de gastos, a história do Fundeb. Ano que vem tem eleições, o que deve dificultar as reformas. Digamos que o governo não consiga manter a regra de teto, o câmbio será outro, os juros também terão que ser. Pense como agência de rating: o país acaba de começar afazer adieta e pede para comer um chocolate —diz Zeina.

No debate do teto, o presidente Bolsonaro num dia pende upara os ministros que querem eliminá-lo, no outro voltara concordar como Ministério da Economia. Ficou a

dúvida no ar. Sobre o Fundeb, foi aprovado um aumento da participação do governo no financiamento da educação básica. O governo ignorou esse assunto, por mais que os especialistas em educação alertassem que era preciso decidir logo porque o Fundo acaba em 2020. Agora uma proposta na Câmara refez o Fundo aumentando o gasto federal. Aí, a equipe econômica se encheu de preocupação. O fato é que a área da educação tem sido muito mal gerida desde o começo do governo Bolsonaro.

O economista Luiz Roberto Cunha, professor da PUC-RJ, analisa o cenário de novas quedas de juros com alguma dúvida:

— Se você tem 4,5% de Selic e o IPCA está em 3,5%, os juros reais ficam muito baixos. Qualquer choque inflacionário levará os juros reais para zero. Não é um cenário que me deixe muito confortável.

O PIB mundial está desacelerando. A OCDE divulgou ontem a nova previsão de crescimento mundial para 2,9%. No ano passado o mundo cresceu 3,6%. No texto, a OCDE diz que as economias estão “entrancheiradas”. O risco portanto é até de recessão global se os países continuarem se fechando na esteira da guerra comercial Estados Unidos e China. Por isso, os bancos centrais aprovam estímulos monetários para evitar a desaceleração. O Fed reduziu juros. O presidente Donald Trump não gostou. Queria uma queda maior.

O Brasil tem uma história diferente. Quando o mundo crescia, o país entrou em recessão e ainda não conseguiu retomar o crescimento. O problema é que os juros aqui já caíram de 14,25% para 6,5% no governo Temer, e agora, na segunda queda no governo Bolsonaro, foram para 5,5%. E o Banco Central avisou que fará novas reduções. A inflação está em 3,43%, o que em qualquer outro país do mundo seria alta depois de cinco anos de não crescimento.

Há outra dúvida levantada por Zeina Latif. Qual é a capacidade ociosa do Brasil? Deveria ser alta por causada quedado nível de atividade, mas como a crise é muito prolongada, parte do maquinário parado simplesmente pode ter ficado obsoleto. A capacidade ociosa favorece o crescimento sem gerar inflação.

No mundo esta semana houve uma mudança estrutural. O país que era o guardião do mercado de petróleo virou o calcanhar de Aquiles. O fato de a Arábia Saudita ter se mostrado tão vulnerável é até mais relevante numa análise de risco do que a queda temporária de produção.

Havia razões para a queda dos juros, inflação abaixo da meta e economia estagnada, mas pelo comunicado do Banco Central fica claro que há riscos que ele não está considerando. Foi pelo tom brando—do vish, como se diz no mercado—que os bancos revisaram para baixo o piso da Selic. Se reduzira Selic para subir logo em seguida, como aconteceu em 2012, perderá reputação.

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL

Vagas em graduação a distância são maioria pela 1ª vez, mostra Inep
Ensino remoto teve 7,2 milhões de vagas em 2018, contra 6,4 milhões nos presenciais, aponta censo do MEC

Pela primeira vez, a oferta de vagas nas graduações a distância superou a dos cursos presenciais, mostram dados do Censo da Educação Superior divulgados ontem pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep). De acordo com o levantamento, em 2018 havia 7,2 milhões de vagas nos cursos a distância, contra 6,4 milhões nos presenciais. Um ano antes, essa comparação era de 4,7 milhões e 6 milhões, respectivamente.

O dado é mais um que evidencia o predomínio do ensino a distância (EaD) na expansão das universidades pelo Brasil, sobretudo nos últimos dois anos.

No fim de 2017, o Ministério da Educação (MEC), ainda sob a gestão de Michel Temer, flexibilizou a criação dos polos de EaD, isto, é, a estrutura física das instituições que oferecem esse tipo de curso, pelas universidades privadas. Antes, a regra previa visitas prévias do governo às unidades educacionais. Agora, basta que elas cumpram determinados parâmetros de qualidade.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

valor.globo.com/brasil/noticia/2019/09/20/vagas-em-graduacao-a-distancia-sao-maioria-pela-1a-vez-mostra-inep.ghtml

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL

Governo deve usar PEC própria para novo Fundeb

Ministro da Educação demonstra irritação com relatora, que propôs aumento da complementação federal dos atuais 10% para 40%; acordo previa que percentual seria de 15%

O governo estuda apresentar uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) própria ao Congresso Nacional para tentar limitar o percentual máximo de 15% de complementação da União relacionada ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), escalonado em cinco anos.

A deputada Dorinha Seabra (DEM-TO) desagradou o governo ao propor anteontem, como relatora da PEC do Fundeb, um aporte de 40%, escalonado em dez anos. Hoje, esse índice é de 10%.

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, convocou entrevista coletiva para informar que a pasta é contrária ao parecer.

“A gente considera que a proposta fere o equilíbrio fiscal e não é solvente a longo prazo. Estamos abertos ao diálogo com o Parlamento, mas a proposta tem erros técnicos e o governo vai buscar outra solução”, disse.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

valor.globo.com/brasil/noticia/2019/09/20/governo-deve-usar-pec-propria-para-novo-fundeb.ghtml

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL

Equipe econômica libera até R\$ 13 bi do contingenciamento

Número sai hoje junto com relatório de receita e despesas

O governo deve anunciar hoje o desbloqueio de cerca de R\$ 13 bilhões em recursos do Orçamento, disse ontem o secretário especial adjunto de Fazenda, Esteves Colnago. A

liberação deve ser na casa dos R\$ 12 bilhões a R\$ 13 bilhões, segundo informou, após participar de um seminário sobre o mercado de energia promovido pela Secretaria de Planejamento, Avaliação, Energia e Loterias (Secap).

A ordem de grandeza já havia sido informada pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, na noite de terça-feira, num discurso no IV Fórum Nacional do Comércio, em Brasília. Na ocasião, o ministro acrescentou que, além dessa, haverá uma nova liberação até o fim do ano.

O desbloqueio deverá ser anunciado na divulgação do relatório de avaliação de receitas e despesas referente ao quarto bimestre de 2019.

O documento traz projeções para as receitas e despesas no ano, comparadas à meta fiscal do ano (um déficit de R\$ 139 bilhões) para definir se há ou não espaço para novas despesas. No terceiro bimestre, houve bloqueio de R\$ 1,4 bilhão.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

valor.globo.com/brasil/noticia/2019/09/20/equipe-economica-libera-ate-r-13-bi-do-contingenciamento.ghtml

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS

Grupo Marista investe em escola para classe média

Com mensalidade a partir de R\$ 600, Escola Champagnat terá 12 unidades até 2022

O Grupo Marista, dono de colégios em São Paulo e Brasília com mensalidades ao redor de R\$ 3 mil, está entrando no mercado de escolas voltadas para atender a classe média, com valores mensais a partir de R\$ 600.

Batizada de Escola Champagnat, a primeira unidade foi aberta na semana passada em Presidente Prudente, interior paulista. A meta é chegar em 2022 com 12 colégios da nova bandeira em cidades de São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Brasília, Mato Grosso do Sul e Goiás. O Grupo Marista já tem presença nessas regiões com colégios tradicionais como, por exemplo, o Arquidiocesano, na capital paulista, ou o Marista Asa Sul, em Brasília.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://valor.globo.com/empresas/noticia/2019/09/20/grupo-marista-investe-em-escola-para-classe-media.ghtml>

topo ↕

DIÁRIO CATARINENSE - SC - CAROLINA BAHIA

GRADUAÇÃO EM ALTA

O número de universitários em SC: de 358 mil em 2017 para 366 mil no ano passado. Em 2018, quatro universidades foram criadas, chegando a 97. Dentro da sala de aula, as mulheres são maioria, com 209 mil estudantes. Os homens somam 157 mil. Os dados fazem parte do Censo da Educação Superior 2018 do MEC.

topo ↕

DIÁRIO CATARINENSE - SC - MOACIR PEREIRA

MEC desbloqueia verbas

Durante à audiência concedida ao senador Mário Berger (MDB) presidente da Comissão de Educação do Senado, o ministro da Educação, Abraham Weintraub,

anunciou que, até segunda-feira, o governo deverá desbloquear R\$ 1,9 bilhão para as universidades e instituições superiores.

O parlamentar catarinense fez um relato sobre a delicada situação financeira da UFSC, em consequência do contingenciamento.

Berger atendeu apelo formalizado durante audiência do Fórum Parlamentar Catarinense na Alesc pelos dirigentes da UFSC. Um ofício entregue na ocasião apelou pelo desbloqueio dos recursos no orçamento atual, que a proposta orçamentária da União para 2020 mantenha os mesmos valores e que para despesas de custeio sejam incluídas emendas parlamentares impositivas.

Segundo o professor Áureo Moraes, chefe de gabinete do reitor, o contingenciamento totalizou R\$ 43 milhões dos R\$ 145 milhões para custeio. Problema mais grave está na proposta orçamentária de 2020, que prevê redução de R\$ 83 milhões.

Para completar este cenário desolador, rodovias federais de fundamental importância para o desenvolvimento do Estado também tiveram cortes no orçamento de 2020.

Quer dizer, o Fórum Parlamentar Catarinense terá muito trabalho para reverter este quadro de marginalização do Estado.

topo ↕

J. DO COMMERCIO - PE - BRASIL

Ministro é contra 40% no Fundeb

Agência O Globo

BRÁSÍLIA – O ministro da Educação, Abraham Weintraub, convocou uma entrevista coletiva ontem para dizer que o governo é contra a posição da deputada Dorinha Seabra (DEM-TO), relatora da PEC do Fundeb, que propôs o aumento da complementação da União no fundo da educação básica. Hoje, o governo federal aporta 10% do montante recolhido pelo Fundeb de impostos estaduais e municipais. A deputada propõe uma elevação dessa cota para 40%, escalonados em dez anos. O governo estuda mandar um projeto próprio para o Congresso. Segundo Weintraub, a proposta de Dorinha Seabra não atende aos critérios fiscais necessários ao Brasil e peca por problemas “técnicos”. O ministro reclamou, por exemplo, que a deputada incluiu royalties do petróleo na verba vinculada à Educação, o que pode quebrar a previsibilidade de quanto a União terá que desembolsar para fazer a complementação do fundo. “Quando introduz critérios como esse, aumenta a volatilidade (dos repasses). Foi uma surpresa (a proposta de Dorinha). Estamos retirando completamente o apoio ao projeto”, disse Weintraub. O ministro afirmou que tem se reunido com os titulares da Economia, Paulo Guedes, e da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, para traçar estratégias. Ele não descartou a elaboração de um projeto próprio do governo. Afirmou que trabalha em parceria com a equipe econômica e agradeceu publicamente a Guedes. Nos bastidores, porém, a cúpula do Ministério da Economia avalia que houve leniência do MEC em ser surpreendido com a proposta.

topo ↕

MEIO NORTE - PI - GERAL

Piauí é 0 2º do Nordeste em matrículas

O Piauí perde apenas para o Rio Grande do Norte, onde 22,5% de jovens de 18 a 24 anos estão matriculados no ensino superior

DA EDITORIA DE GERAL

O Piauí alcançou a 2ª posição entre os estados do Nordeste com melhor percentual. de

matrículas no ensino superior.

As informações foram divulgadas no Anuário Brasileiro da Educação Básica, do Movimento Todos pela Educação, com base nas metas do Plano Nacional de Educação (PNE).

Os índices educacionais sinalizam aumento na quantidade de jovens de 18 a 24 anos matriculados no Ensino Superior - o Estado passou de 14% de alunos matriculados na graduação em 2012, para 21,2% em 2018, demonstrando um crescimento de 6,9 pontos percentuais.

O Piauí perde apenas para o Rio Grande do Norte, onde 22,5% de jovens de 18 a 24 anos estão matriculados no ensino superior. No Piauí, existe 1,4 aluno na rede privada para cada aluno matriculado na rede pública em cursos presenciais.

Esse crescimento é reflexo nos investimentos realizados pelo Governo do Estado para reforçar o ingresso dos alunos oriundos da rede pública no ensino superior. No último ano, dez mil alunos conquistaram vagas nas universidades públicas e privadas, seja pelo Sistema de Seleção Unificada (Sisu), ProUni, Fies, UAB ou UAPI.

A Secretaria de Estado da Educação vem realizando diversas políticas para garantir ao aluno recém-saído do Ensino Médio a continuidade dos estudos com inserção na graduação. Uma destas ações é o Pré-Enem Seduc, ferramenta de reforço educacional aos alunos das escolas públicas estaduais para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

O Pré-Enem Seduc oferece revisões de auditório em Teresina e no interior, aplicativo com videoaulas, simulado comentado e correção on-line, transmissões das aulas via plataforma Canal Educação nas escolas, via TV, e nos presídios para preparar os alunos. A Seduc disponibiliza, ainda, o aplicativo para celular Canal Educação, em que os alunos assistem aulas gravadas, tiram dúvidas com professores e enviam redações para análise.

Para garantir o acesso no dia do exame, os alunos contam com a garantia do deslocamento até os locais de prova por meio do Passe Livre Enem. A Seduc disponibiliza aos estudantes de Teresina um cartão com créditos de acesso ao transporte público, e no interior o traslado é garantido pelo transporte escolar.

topo ↕

MEIO NORTE - PI - GERAL

Educação reduziu distorção idade-série

Mais um resultado positivo animou a equipe da Secretaria Municipal de Educação de Teresina (Semec). As escolas de Ensino Fundamental conseguiram reduzir de 44,19% para 6,4% a distorção idade-série dos alunos. Os dados foram apresentados na reunião do Comitê Gestor da Semec, no Centro de Formação Odilon Nunes.

O secretário municipal de Educação, Kleber Montezuma, e técnicas da Semec analisaram com a especialista do Instituto Ayrton Senna (IAS), Neuma Lopes, os resultados de agosto dos programas executados a partir da parceria.

Os dados são referentes à gestão de alfabetização, correção de fluxo e o Fórmula da

Vitória, todos fazendo um comparativo dos ganhos entre julho e agosto.

Quando o assunto é distorção idade-série, Teresina vem dando um salto significativo. Segundo o demonstrativo da correção de fluxo escolar apresentado pela equipe, as unidades de ensino estão bem próximas da meta planejada, que é chegar a 5%. Há 18 anos, o cenário era de quase 50% dos alunos em atraso escolar, longe da turma na qual deveriam estar. Atualmente, apenas 6,4% precisam de uma força a mais para alcançar o ritmo correto.

"Não é mágica, e sim um trabalho de organização, planejamento, investimento, formação de professores e muito apoio nas necessidades dos alunos para suas trajetórias. Esse avanço tem sido possível através da parceria entre a Prefeitura de Teresina e o Instituto Ayrton Senna", declara o secretário Kleber Montezuma.

Além disso, cresceu o número de livros lidos pelos alunos, assim como os níveis de leitura, escrita e oralidade, tudo em um mês. As reuniões do Comitê serão mantidas para acompanhar o desempenho dos alunos atendidos pelos programas.

topo ↕

O POPULAR - GO - CIDADES

Comunidade define escola

EDUCAÇÃO População de Águas Lindas e Valparaíso poderá escolher hoje pela implantação ou não de modelo cívico-militar, do governo federal, em duas unidades dos municípios Sarah Teófilo

Hoje à tarde a população de Águas Lindas e Valparaíso poderá aprovar ou não a implementação do modelo de educação cívico-militar, do governo federal, na Escola Estadual de Águas Lindas e na Escola Estadual Céu Azul. As audiências vão ocorrer quase como uma surpresa. A definição pelas unidades foi feita pelo governo estadual ontem à noite, em adesão ao Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares, do Ministério da Educação (MEC). A unidade escolhida em Valparaíso foi onde um professor foi morto por um aluno em maio deste ano (leia mais ao lado).

Superintendente de Segurança Escolar e Colégio Militar da Secretaria de Estado da Educação (Seduc), coronel da Polícia Militar Mauro Ferreira Vilela explicou que começariam a avisar as comunidades locais ainda ontem à noite sobre a audiência. Hoje, segundo ele, avisariam nas escolas e na cidade de várias maneiras diferentes, seja com carro de som ou nas rádios locais. Dois policiais que são diretores de colégios militares irão conduzir as sessões. Conforme definição do programa do governo federal, para implantar o modelo é obrigatória a aprovação da comunidade escolar, por meio de uma consulta pública formal.

A intenção, segundo o coronel Vilela, é que o relatório com o resultado das audiências públicas seja enviado ao MEC hoje ainda. A pressa para a realização da audiência é pelo fato de que o processo de adesão ao programa precisar ser feito até a próxima sexta-feira (27). Caso as escolas não aceitem o modelo, o Estado precisará buscar outras unidades. A informação de que o Estado pretendia de priorizar escolas da região do Entorno do DF foi publicada ontem pela Coluna Giro.

O MEC também deve avaliar se as unidades se encaixam ou não nos critérios estabelecidos. Um deles é justamente que as escolas sejam na capital ou região metropolitana. Vilela acredita, entretanto, que não haverá problema quanto a isso.

"Acredito que o MEC vá nos ceder. É Entorno de Brasília (a localização das escolas escolhidas)", disse.

Apesar de constar nas definições dos critérios que as escolas devem ser nas capitais ou região metropolitana, em nota o MEC disse que "sugere-se que seja preferencialmente na capital ou região metropolitana". O órgão disse ainda que o governo que aderir terá autonomia para indicar suas escolas, dentro dos critérios que julgar importante e respeitando os critérios do programa. O MEC também pontuou que convidou todos os Estados a aderir ao programa, sendo que cada um pode indicar duas escolas.

O PROJETO

A ideia do projeto pouco se diferencia do sistema já implantado nas escolas militares existentes no Estado. Há, basicamente, duas diferenças: a presença de militares das forças armadas e o fato de que os diretores devem ser civis, e não militares, como é nas escolas militares de Goiás.

O Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares foi lançado no dia 5 deste mês. O objetivo

é que a implantação, em caráter piloto, ocorra já no ano letivo de 2020. Sobre quais seriam as diferenças entre o modelo e o já existente em Goiás, o MEC disse em nota que apesar de existir 60 colégios militares no Estado, o ministério não tem nenhuma gerência sobre eles.

"Para a construção do modelo do MEC, boas práticas utilizadas foram consideradas, porém o modelo não é exatamente igual ao modelo existente", garantiu.

A reportagem questionou ao MEC se estava definido se a PM-GO ou algum militar das forças armadas ocuparia a direção das unidades escolares, ao que o órgão informou que somente após a escolha das escolas serão assinados os acordos de cooperação que conterão os detalhes e especificidades de cada Estado. "Cabe destacar que no modelo do MEC não prevê a substituição dos profissionais da escola por militares", pontuou.

O superintendente de Segurança Escolar e Colégio Militar da Seduc, coronel Mauro Vilela, disse acreditar que o MEC poderia preferir que um militar fizesse a gestão da unidade, para dar um caráter militar, e a questão pedagógica ficaria com os professores, que é como acontece nos colégios militares de Goiás.

O coronel também afirmou que o estudo do governo federal foi feito com base na realidade de Goiás e de escolas das forças armadas em outros Estados. "Fizeram um mix entre o nosso modelo e o das forças armadas", disse.

Coordenador foi morto em escola

A Escola Estadual Céu Azul, em Valparaíso de Goiás, Entorno do Distrito Federal, que foi escolhida pelo governo estadual para receber em caráter piloto o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares, foi onde o coordenador da de turno Júlio César Barroso de Sousa, de 41 anos, foi morto com dois tiros por um estudante de 17 anos da unidade em abril deste ano. Na época, o ministro de Educação, Abraham

Weintraub, chegou a visitar o local. Na unidade, ele e sua equipe se reuniram com o corpo docente da escola. Superintendente de Segurança Escolar e Colégio Militar da

Seduc, coronel Mauro Ferreira Vilela nega que a morte do coordenador tenha sido usada como critério para escolha da escola para aderir ao programa. Segundo ele, a secretaria seguiu os critérios estabelecidos pelo governo federal (veja no quadro), que envolve vulnerabilidade social e baixo desempenho no índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). "Não foi por isso não. É porque tem os requisitos do MEC. Tem vulnerabilidade, IDEB baixo...", afirmou.

Na época do crime, um servidor da unidade informou ao POPULAR que tudo começou depois que o coordenador tentou intervir em uma discussão entre o estudante e uma professora, no mesmo dia em que ele foi morto. O coordenador teria avisado que iria transferir o estudante, que teria se revoltado com contra a vítima.

Também neste ano, no dia 30 de agosto, um professor foi morto após ser esfaqueado por um aluno no Colégio Estadual Machado de Assis, em Águas Lindas. Bruno Pires de Oliveira, de 41 anos, atuava como coordenador pedagógico e lecionava Geografia. O aluno Anderson da Silva Leite Monteiro, de 18 anos, foi preso pela morte do professor. Ele era estudante do 9º ano do Ensino Fundamental na unidade.

Para o programa do governo federal, Goiás está indicando outra escola na mesma cidade, a Escola Estadual de Águas Lindas.

O coronel Vilela explicou que a unidade onde o professor foi esfaqueado e morto possui um Ideb considerável. "A escola é boa, é até segura, com muro alto", disse, frisando que a Seduc seguiu os critérios estabelecidos pelo MEC, e que por isso a Escola Estadual de Águas Lindas foi escolhida, e não o Colégio Estadual Machado de Assis.

topo ↕

TRIBUNA DO NORTE - RN - BRASIL

Graduação a distância sobe no país

Número de universitários em cursos presenciais recua no País em 2018, diz MEC

O número de ingressantes em cursos de graduação presencial no País em 2018 foi o menor dos últimos sete anos, mostra o Censo de Educação Superior. No ano passado, o Brasil tinha 2,07 milhões de calouros ingressando em cursos do ensino superior - o menor número desde 2011, quando foi registrado 1,91 milhão.

Desde 2014, o ensino presencial vem perdendo ingressantes e os cursos na modalidade a distância, aumentando.

No ano passado, de cada dez ingressantes no ensino superior, quatro foram para o Ensino a Distância (EAD). Nos últimos sete anos, a modalidade cresceu mais de três vezes - passando de 431,5 mil calouros, em 2011, para 1,37 milhão no ano passado.

A expansão no EAD se deve sobretudo à rede privada. No ano passado, dos 2,86 milhões de ingressantes na rede particular, 45,7% haviam sido matriculados para essa modalidade de ensino.

No caso da rede pública, o ensino a distância preenche uma fatia de 10,8% do universo de matriculados. São 62,6 mil de um total de 580 mil pessoas. Com isso, o número de ingressantes na rede privada de ensino a distância é 2,2 vezes maior do que todos os alunos que ingressam nos cursos de educação superior da rede pública.

Feito pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira,

(Inep), o Censo também deixa clara a concentração do mercado de ensino a distância. Embora o número de ingressantes seja muito expressivo, apenas 244 instituições privadas de ensino superior ofertam essa modalidade de ensino. Das 20 maiores instituições de educação superior que oferecem esse tipo de ensino, 19 são privadas.

No universo das particulares, Pedagogia concentra o maior percentual de matrículas de cursos a distância, 23,4%. Em seguida, vem Administração e Contabilidade, com respectivamente 11,4% e 7%. Na rede federal, os cursos a distância de Pedagogia também são maioria. Eles respondem por 12,9% das matrículas. Em seguida, vem Matemática, com 11,9%.

Questionado se o grande número de matrículas no curso de graduação de pedagogia de ensino a distância não aumentaria o risco de professores serem formados sem nunca ter dado uma aula em sala, o presidente do Inep, Alexandre Ribeiro Lopes se amparou nas regras existentes. De acordo com ele, a abertura de cursos cumpre o que é determinado por lei.

O estudo mostra ainda a expansão do mercado privado no ensino superior. No ano passado, a cada 4 alunos matriculados nos cursos de graduação, apenas 1 estava numa instituição pública. No período 2017-2018, a rede pública cresceu 1,6%, enquanto a privada, 2,1%. Isso ocorre em todo o País.

A expansão das matrículas na rede privada vem atrelada ao aumento dos financiamentos. Em 2009, 23% dos alunos matriculados tinham alguma forma de benefício para auxiliar no pagamento das mensalidades. Ano passado, esse percentual era de 46,8%.

O Censo revela ainda um aumento expressivo de bolsas financiadas pelas próprias instituições de ensino ou por outras instituições, em relação a outras formas de financiamento. Essa tendência ganhou força a partir de 2015. Ao mesmo tempo, houve uma queda de financiamento pelo Fies a partir de 2013 e do Prouni, a partir do ano passado.

Taxa de abandono

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, chamou a atenção para as altas taxa de abandono dos cursos de ensino superior. Antes de os dados serem apresentados, o ministro observou que as taxas de desistência superam os 50% no País. "A conclusão é óbvia. Se a gente reduzisse significativamente essa deficiência, a gente conseguiria dobrar o ensino superior", afirmou o ministro.

Instituições privadas são as campeãs de desistência. Dados do Censo mostram que 59,9% dos alunos desistiram do curso. Em seguida, vêm alunos das universidades federais (com 47,6% de desistência) e das estaduais (com 41,9%).

Na comparação modalidade de ensino, cursos a distância apresentam percentuais mais altos de desistência. De acordo com o censo, 62% dos alunos desistem. Nos cursos presenciais, o percentual é um pouco menor, 55,6%.

topo ↕

TRIBUNA DO NORTE - RN - BRASIL

Novo Fundeb poderá ter custo adicional de R\$ 600 bilhões

Após reunião com o ministro da Economia, Paulo Guedes, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, reafirmou que o MEC mantém a proposta de aumentar a participação da União dos atuais 10% para 15% no Fundeb. A minuta do relatório da PEC 15 apresentada nesta semana pela relatora, a deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM-TO), prevê aumento da complementação da União no fundo para até 40% até 2031. Pelas contas da equipe econômica, o relatório terá impacto de R\$ 855 bilhões em dez anos, praticamente anulando o esforço da Reforma da Previdência.

No dia 10 de junho, Weintraub e o secretário executivo do MEC, Antonio Paulo Vogel, já haviam apresentado proposta a parlamentares favorável à renovação do Fundeb para além de 2020, inclusive com o aumento gradual da participação da União de 10% para 15%.

Nesta quinta-feira, 19, ao deixar a reunião com Guedes, Weintraub disse que o ministério mantém a proposta de aumento gradual da fatia da União até 15%, desde que os recursos venham dos fundos constitucionais. O ministro não respondeu se irá procurar a relatora da PEC 15 para tratar do tema.

Pela legislação atual, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) deve ser extinto em dezembro de 2020, mas a PEC busca torná-lo permanente.

Pelas contas da equipe econômica, porém, apenas a manutenção do Fundeb nos moldes atuais significaria um gasto adicional de quase R\$ 250 bilhões na próxima década. Mas o relatório também deve prever a elevação gradual da participação da União dos atuais 10% do fundo para 15% num primeiro momento, podendo chegar a 30% ou 40%.

Além disso, os parlamentares também pretendem destinar uma parte importante dos royalties da exploração do petróleo ao fundo e aumentar a base do que o Fundeb recebe do Fundo de Participação dos Estados (FPE).

No pior cenário para as contas federais, os cálculos da área técnica da Economia apontam para uma adição nas despesas com o fundo de mais de R\$ 600 bilhões entre 2021 e 2031.

Números

R\$ 600 bilhões é o custo adicional estimado do Novo Fundeb pelo governo federal em 10 anos

15% é o percentual de participação do governo federal no Novo Fundeb

[topo](#)

AMAZ. EM TEMPO - AM - TEMPO REAL

Atividade física: osteoporose pode ser prevenida ainda na adolescência

Estudo científico apoiado pela Fapeam aponta que hábito de se exercitar fortalece estrutura óssea e diminui risco de fraturas na velhice

Manaus- A prática de atividade física vigorosa e de alto impacto apresenta maior associação com a massa óssea. As fases da infância e adolescência são fundamentais para maior aquisição e manutenção da massa óssea, e esse depósito desempenha um fator importante na prevenção da osteoporose na fase adulta e terceira idade. É o que aponta um estudo científico apoiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do

Amazonas (Fapeam).

O projeto “Massa óssea em adolescentes: Qual a relação com atividade física e composição corporal?” é resultado da dissertação de mestrado de Hector Colares, e foi amparado pelo Programa de Bolsas de Pós-Graduação em Instituições fora do Estado do Amazonas (PROPG-AM), Edital nº 010/2015.

A osteoporose é uma doença metabólica sistêmica caracterizada pela deterioração da microarquitetura do tecido ósseo, e tem como principal característica a fragilidade esquelética com risco de fraturas osteoporóticas na velhice.

Atividades físicas regulares como, por exemplo, saltos, corridas e musculação são benéficos para saúde óssea porque desenvolvem, entre outros fatores, a massa magra que pode influenciar positivamente a massa óssea.

Durante a infância e, especialmente, durante a adolescência, ocorre um processo chamado de pico de massa óssea que é caracterizado pela maior aquisição de massa óssea nessa fase da vida, que consiste na incorporação de minerais, como cálcio e fósforo, aos ossos. Esse processo torna-os resistentes e prontos para exercer algumas de suas funções no corpo: proteção e sustentação.

Esses depósitos de massa óssea, acumulados na adolescência, acompanham o indivíduo até a fase adulta, quando naturalmente os níveis de massa óssea começam a diminuir, o que pode tornar a pessoa mais vulnerável a desenvolver a osteoporose.

“Se a massa óssea construída ao longo da adolescência for baixa ou se tiver diminuição acentuada nesse período, a fragilidade e as fraturas ósseas podem ocorrer”, esclareceu Hector Colares.

Método

A osteoporose é uma doença metabólica sistêmica
A osteoporose é uma doença metabólica sistêmica | Foto: Érico Xavier

A coleta de dados foi realizada durante o período de 2016 e 2017, com 118 adolescentes, com idades entre 10 e 14 anos, tomando como base os limites cronológicos da adolescência, definidos pela Organização Mundial da Saúde (OMS) que estabelece que adolescentes são indivíduos na faixa etária entre 10 e 19 anos de idade.

Na investigação foram avaliados 59 indivíduos do grupo controle (adolescentes com peso normal segundo o Índice de Massa Corporal – IMC) e 59 indivíduos do grupo caso (adolescentes com sobrepeso segundo o IMC).

Para medir a composição corporal (massa óssea, massa magra e massa de gordura) dos adolescentes foi utilizado método padrão ouro, conhecido por Absorciometria por dupla emissão de raios-X, também conhecido como “DEXA”, que faz o exame de imagem (ultrassonografia) por emissão de raios-X de dupla energia.

O pesquisador explica que a DEXA calcula a quantidade de ossos em gramas por corpo

ou determinado segmento de um indivíduo. Com essa informação é possível verificar se o conteúdo mineral ósseo (quantidade de osso em gramas) apresenta valores normais ou se a pessoa tem o risco de desenvolver osteoporose na fase adulta ou na velhice.

Quando analisado qual das variáveis antropométricas (massa gorda ou massa magra) teriam maior fator de explicação para a massa óssea dos adolescentes, verificou-se que, de maneira geral, a massa magra foi a variável mais importante como determinante da massa óssea em adolescentes saudáveis. Com isso pode-se sugerir que atividades que estimulem a massa magra têm elevada importância no estímulo da massa óssea.

Esse tipo de avaliação, voltada para verificar a composição de massa óssea na adolescência, por meio da prática de atividade física e fatores antropométricos (massa gorda e massa magra), pode contribuir para fomentar estudos com foco na intervenção e prevenção da osteoporose, e consequentemente diminuir os gastos exorbitantes da saúde pública com esse problema de saúde mundial.

Apoio

O Programa de Bolsas de Pós-Graduação em Instituições fora do Estado do Amazonas (PROPG) tem como objetivo conceder bolsas de mestrado e doutorado a interessados residentes no estado do Amazonas há no mínimo 4 (quatro) anos, matriculados em curso de pós-graduação stricto sensu, em Programa de Pós-Graduação recomendado pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, em outros estados da Federação, em áreas estratégicas nas quais o Estado do Amazonas ainda não possui programas de Pós-Graduação em nível de Mestrado ou Doutorado, em atendimento a Meta nº 5 do Plano de Trabalho – Apoio a Bolsas fora do Estado, firmado entre a Fapeam e a **Capes** no âmbito do Acordo para Cooperação Técnica e Científica.

*Com informações da assessoria

topo 

CENTRAL DE NOTÍCIAS - NOTÍCIAS

Sorvete, remédios e sistemas: conheça inovações que surgiram em pesquisas na UFSC

Mesmo com o desbloqueio de bolsas anunciado pelo Ministério da Educação (MEC) na última semana, instituições de ensino superior em Santa Catarina continuam com verbas para novas pesquisas congeladas desde o início do ano, em cortes feitos pelo governo federal em maio, junho e setembro. Somente na Universidade de Santa Catarina (UFSC) e na Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc) são 109 auxílios para pesquisadores que não foram liberados. Conforme dados da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, Santa Catarina foi o sexto estado do Brasil com mais bolsas cortadas em 2019.

Os cortes afetam principalmente as bolsas de mestrado e doutorado, impedindo o início de novas pesquisas que poderiam entrar para o histórico de inovações e descobertas que surgiram em laboratórios de universidades catarinenses. São pesquisas que hoje afetam a pomada comprada na farmácia, o alívio para duras sessões de quimioterapia, a produção de ostras e mariscos no Litoral, entre vários outros avanços.

O primeiro remédio 100% brasileiro

Alguns dos principais avanços científicos que nasceram na UFSC vieram do laboratório de farmacologia com o professor João Batista Calixto. Foi em uma pesquisa encabeçada por ele e com outros cientistas brasileiros que, a pedido de um laboratório privado, 10 plantas da biodiversidade brasileira foram mapeadas para estudos de remédios.

Um projeto que começou em 1999 e durou 10 anos, e que em 2005 colocou no mercado o primeiro remédio 100% brasileiro, feito do início ao fim com base em pesquisas nacionais: o primeiro anti-inflamatório com base em uma planta brasileira, a erva baleeira.

— Esse projeto durou sete anos para desenvolver, com mais de 800 pacientes testados, em vários lugares do Brasil. E foi um sucesso absoluto. Desde que foi lançado até hoje ele é o primeiro colocado em vendas em receituários na categoria para dor e inflamação em medicamento tópico. A empresa gastou nesse projeto todo, das 10 plantas, US\$ 7,5 milhões (cerca de R\$ 30 milhões atualmente). Em dois anos e meio esse medicamento pagou todo esse investimento. Isso tornou a UFSC um destaque — lembra o professor Calixto.

Após esse projeto, as pesquisas com plantas do cientista renderam outros vários produtos encontrados no mercado, como um novo tipo de calmante natural e um creme cosmético contra o envelhecimento — produto que gerou, em 2008, os primeiros royalties recebidos pela UFSC por conta de um desenvolvimento para a indústria. Sorvete contra sintomas da quimioterapia

Tratando um linfoma de Hodgkin e internada durante as sessões de quimioterapia no ano passado, a modelo Marcella Di Pietro, de 21 anos, sofria com a falta de apetite e os enjoos, não conseguia comer e tinha o sistema digestivo sensível por causa do tratamento. Por indicação da nutricionista que a acompanhava no Hospital Universitário de Florianópolis, provou um sorvete que estava sendo testado para aliviar os sintomas dos pacientes em tratamento contra o câncer. Deu certo.

— Eu passei a consumir o sorvete todos os dias, porque era algo que eu conseguia comer sem me dar enjoo, até nos dias em que nem água eu aguentava beber. Eu precisava cuidar da alimentação e o sorvete ainda era extremamente saudável — lembra a jovem, que hoje está recuperada.

O sorvete em questão foi desenvolvido por pesquisadoras da UFSC e testado no HU com pacientes da oncologia. Com características de complemento alimentar e anestésico sensorial, ele foi feito pensando na aceitação dos pacientes que sofrem com os efeitos colaterais da quimioterapia. A fórmula contém açúcar orgânico, povidexose (uma fibra solúvel) e no lugar da proteína do creme de leite e da gordura vegetal hidrogenada usa whey protein isolado e azeite de oliva sem sabor. Além de saudável e agradável para o paladar afetado dos pacientes, ele também humaniza o tratamento.

A pesquisa surgiu no programa de Pós-Graduação de Residência Integrada Multiprofissional em Saúde do HU da UFSC, com envolvimento das pesquisadoras Francilene Kunradi Vieira, Paloma Mannes, Aline Valmorbidia e Raquel Kuerten de Salles.

Atualmente o sorvete é fabricado pela empresa Ypy Sorvetes, de Florianópolis, e

vendido para pacientes que estão fazendo o tratamento em casa. Conforme a marca, atualmente há um processo em andamento para que o alimento seja oferecido também em hospitais conveniados.

Cultivo de moluscos marinhos

Desde os anos 1990 o Laboratório de Moluscos Marinhos da UFSC tem influência determinante na produção de ostras em Santa Catarina, que representa 98% de toda a produção nacional. É do laboratório que saem as chamadas sementes das ostras, responsáveis pelo cultivo na região, visto que na coleta natural dessas sementes no mar não há volume suficiente para a demanda comercial.

Segundo a UFSC, somente na safra de 2016-2017 foram cerca de 217 vendas de sementes do laboratório, que oscilam entre 50 mil e um milhão de unidades. O laboratório atende toda a demanda local de cultivo e vende os excedentes, o que torna o espaço o principal no setor de moluscos no Brasil. E tudo começou com pesquisas em parceria da universidade com pescadores artesanais e a Epagri, que por quase três décadas avançaram e aumentaram a entrega mensal de sementes de ostras de 400 mil em 1997 para mais de 40 milhões em 2010.

Sistema do SUS para mais de 2 mil municípios

Desde janeiro deste ano um convênio do Ministério da Saúde com a UFSC faz com que cerca de 200 cidades no Brasil utilizem o sistema e-SUS AB, desenvolvido no Laboratório Bridge, vinculado ao Centro Tecnológico da UFSC (CTC). Em junho o aplicativo foi premiado nacionalmente no 19º Simpósio Brasileiro de Computação Aplicada à Saúde, no Rio de Janeiro.

O aplicativo torna todo o registro de atividades coletivas realizadas fora das Unidades Básicas de Saúde (UBS) digital, sem a necessidade de relatórios em papel — como acontecia até então no SUS. Ele integra o Projeto e-SUS, feito pelo Laboratório Bridge desde 2013 e que engloba uma solução que já é aplicada em cerca de 2600 cidades, segundo a UFSC. O e-SUS tem o Prontuário Eletrônico Cidadão (PEC), Coleta de Dados Simplificada (CDS) e os aplicativos mobile de Atenção Domiciliar, Território e Atenção Coletiva.

O Bridge tem 118 colaboradores, entre bolsistas graduandos e pós-graduandos da UFSC, profissionais contratados e professores orientadores.

topo 

DIÁRIO - MS - TEMPO REAL

Pesquisadora aborda em livro a morfologia da língua Kaiowá

Obra é resultado da dissertação de mestrado da professora Blanca Flor

Deménjour Munoz Mejia; lançamento aconteceu na Cidade Universitária

A professora Blanca Flor DeménjourMunozMejia lançou nesta quarta-feira (19) o livro “Morfologia verbal da língua Kaiowá”, durante o V Seallin (Seminário da Área de Linguagens das Licenciaturas Interculturais), na Cidade Universitária. A obra se volta a alguns aspectos morfológicos encontrados na língua indígena Kaiowá, da Terra Indígena de Panambizinho, em Dourados.

O livro é resultado da dissertação de mestrado de Blanca Flor. Segundo ela, o estudo das línguas indígenas é um dos poucos estudos da Linguística que precisa de grande pesquisa, divulgação e circulação nas universidades, nas mídias e na sociedade.

“Uma língua faz parte de seu povo, o desaparecimento de um povo e de sua cultura implica também no desaparecimento desta língua. Não só eu que penso assim, mas diversos autores de Linguística. Este estudo que publico nesta quarta-feira São aspectos morfológicos importantes para a sistematização interna da língua”, afirma a autora.

Ela informa que a língua Kaiowá faz parte da família linguística Tupí-Guaraní, dentro do tronco Tupí, observado no panorama das línguas indígenas tão diverso no Brasil. “Este livro tem importância também para estudos posteriores que venham a contribuir na produção de materiais didáticos voltado a professores indígenas. O livro também inclui a parte histórica e cultural deste povo aqui no Mato Grosso do Sul”, destaca.

Blanca conta que seu interesse pelo tema surgiu em uma disciplina sobre bilinguismo, que abordava o estudo das línguas indígenas assim como o estudo de diferentes línguas, diferença entre a língua materna e segunda língua, são aprendidas de modos diferentes de um mesmo falante.

“No caso das línguas indígenas, a língua portuguesa é a segunda língua em si. Porém, com a alta alfabetização da língua portuguesa nas comunidades indígenas, visto pela incorporação da cidade sobre as aldeias e das aldeias com as cidades, em todo o país, a língua portuguesa passa a ser a língua materna de muitos indígenas da região, por isso é necessário haver uma valorização da língua materna Guarani ou Kaiowá”, afirma a pesquisadora.

Blanca ressalta ainda que é importante revisitar a história de um povo para que possamos valorizá-la e conseqüentemente valorizar sua língua. “Esse é o meu papel como linguista e é com muito orgulho que venho publicar este livro, como uma modesta contribuição ao povo Kaiowá”, finaliza.

topo ↕

FAX AJU - NOTÍCIAS RÁPIDAS

CRC de Sergipe publica edital para o mestrado em ciências contábeis

O Conselho Regional de Contabilidade de Sergipe (CRCSE) lançou edital no último dia 22 de agosto para processo seletivo no mestrado em ciências contábeis. A responsável pela realização do curso, a partir de chamamento público, é a Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças (FUCAPE), considerada uma das 10 melhores instituições de Ensino Superior no Brasil.

Reconhecido por meio da Portaria nº 524, de 29 de abril de 2008, o Programa de Mestrado em Ciências Contábeis, é o único a obter nota máxima (nota 5) no Brasil através da **CAPES/MEC**.

Linhas de atuação

Para o processo seletivo, há duas linhas de atuação: Contabilidade Gerencial ou Finanças e Mercado Financeiro, podendo ser escolhida a linha de pesquisa em Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

O profissional da contabilidade interessado no mestrado deverá efetuar inscrição até esta sexta-feira, dia 20, acessando o link:

http://qselecao.fucape.br/concurso.aspx?cod_concurso=6175.

Os profissionais registrados e adimplentes terão subsídio do Conselho Federal de Contabilidade de 30% nas mensalidades.

topo ↕

NSC TOTAL - RS - TEMPO REAL

“É muita bobagem do governo cortar aquilo que é o futuro”, diz cientista catarinense premiado

João Batista Calixto é atual diretor do Centro de Inovação e Ensaios Pré-Clínicos (CIEnP) de Florianópolis e ajudou a desenvolver o primeiro remédio 100% brasileiro enquanto era pesquisador da UFSC

lucas.paraizo@somosnsc.com.br

[João Calixto participou de descobertas que renderam medicamentos fitoterápicos que estão no mercado até hoje, como um anti-inflamatório e um calmante]

João Calixto participou de descobertas que renderam medicamentos fitoterápicos que estão no mercado até hoje, como um anti-inflamatório e um calmante (Foto: Diógenes Pandini / Diário Catarinense)

Responsável por pesquisas na UFSC que tornaram o laboratório de farmacologia da instituição uma referência no Brasil, com participação fundamental na pesquisa que em 2005 fez chegar ao mercado o primeiro anti-inflamatório 100% brasileiro e feito com base de plantas nativas do país, o cientista e doutor em farmacologia João Batista Calixto é um dos nomes de destaque da ciência e inovação em Santa Catarina.

Atual diretor do Centro de Inovação e Ensaios Pré-Clínicos (CIEnP), ele foi premiado nacionalmente no mês passado por ciência e inovação graças ao “conjunto da obra” de décadas dedicadas à pesquisa.

— Em 1976 eu entrei na UFSC, eu era um jovem que vinha de São Paulo, que tinha terminado o mestrado e peguei o primeiro emprego. A universidade estava expandindo na época e começamos a criar um grupo de pesquisa para medicamentos e farmacologia na UFSC, e isso foi crescendo até que transformamos esse grupo num dos melhores do Brasil, com nota 7 da **Capes**. Isso ajudou muito e deu muita visibilidade. Florianópolis estava fora do mapa, nem descia avião na época — lembra Calixto.

Leia mais

Ciência

Sorvete, anti-inflamatório e sistema do SUS: conheça inovações que surgiram em pesquisas catarinenses

Ensino superior

UFSC e Udesc ainda têm 109 bolsas de pesquisa da **Capes** bloqueadas

Com mais de 20 patentes em seu nome e participação em descobertas que renderam medicamentos fitoterápicos que estão no mercado até hoje, além de um cosmético criado em 2008 que trouxe pela primeira vez na história royalties para a UFSC, o professor é crítico em relação à política de cortes nas bolsas de pesquisa atualmente no Brasil:

— Eu sou bolsista do CNPq desde 1972 até hoje. Eu nasci e me criei dentro do CNPq como cientista. Eu tinha 19 anos, até hoje, tudo eu consegui com o CNPq. Quando eu recebi o prêmio mês passado eu falei que realmente é quase impossível acreditar que um órgão com essa capacidade, além de ter formado vários ministros que estão aí hoje, de

repente ter que viver com esses cortes. É uma mistura do muito com pouco. Quatro anos atrás tinha o Ciência Sem Fronteiras que bastava você passar na porta de uma universidade e você ganhava uma bolsa para ir para o exterior. Hoje nós passamos para o oposto, não há meio termo. Eu tenho certeza que se a comunidade fosse consultada e ela tivesse oportunidade, ela iria ajudar a cortar eventuais gorduras, problemas, avaliar melhor, e teríamos chance de ter um quadro com a ciência sendo apoiada dentro do tamanho da ciência que o Brasil pode suportar.

Com várias de suas descobertas feitas com financiamento por empresas, o professor Calixto defende a conversa entre universidades e o setor privado — algo que está em pauta atualmente na polêmica do projeto Future-se —, mas ressalta que o apoio do governo federal é essencial para pesquisas como as que ele participou e outras em andamento atualmente, como um projeto de novo antidepressivo com compostos naturais que ele explica que está em fase de testes clínicos em SC.

— Tudo isso só foi possível porque teve financiamento do governo. É muita bobagem do governo cortar aquilo que é o futuro. se você vai depender de minério de ferro, nióbio, isso tudo é uma bobagem. A ciência brasileira é grande, naturalmente tem correções de rumo a tomar, você precisa avaliar, mas cortar da maneira que cortou não. Na área de medicamentos nós somos quase 100% dependentes de outros países. Toda a matéria prima do genérico é feita na Índia, na China, nos EUA. E agora o dólar sobe e reflete aqui no preço do genérico. Ao invés de avaliar o sistema, tirar gordura, partimos do princípio de cortar tudo. É como se você pega um time de futebol que não tá bem e manda todo mundo embora. Eu sou otimista, algo de bom vai sair disso. Os governos passam, a democracia é isso. E as crises nos deixam mais fortes, mais humildes, mais pé no chão. Na crise aparece o salário exacerbado, aparece o gasto desnecessário. Tira as pessoas da zona de conforto.

[topo](#)

NSC TOTAL - RS - TEMPO REAL

Sorvete, remédios e sistemas: conheça inovações que surgiram em pesquisas na UFSC

Universidade que atualmente tem quase 100 bolsas de pesquisa congeladas pelo Ministério da Educação tem histórico de inovações

Mesmo com o desbloqueio de bolsas anunciado pelo Ministério da Educação (MEC) na última semana, instituições de ensino superior em Santa Catarina continuam com verbas para novas pesquisas congeladas desde o início do ano, em cortes feitos pelo governo federal em maio, junho e setembro. Somente na Universidade de Santa Catarina (UFSC) e na Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc) são 109 auxílios para pesquisadores que não foram liberados. Conforme dados da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, Santa Catarina foi o sexto estado do Brasil com mais bolsas cortadas em 2019.

Os cortes afetam principalmente as bolsas de mestrado e doutorado, impedindo o início de novas pesquisas que poderiam entrar para o histórico de inovações e descobertas que surgiram em laboratórios de universidades catarinenses. São pesquisas que hoje afetam a pomada comprada na farmácia, o alívio para duras sessões de quimioterapia, a produção de ostras e mariscos no Litoral, entre vários outros avanços.

O primeiro remédio 100% brasileiro

Alguns dos principais avanços científicos que nasceram na UFSC vieram do laboratório

de farmacologia com o professor João Batista Calixto. Foi em uma pesquisa encabeçada por ele e com outros cientistas brasileiros que, a pedido de um laboratório privado, 10 plantas da biodiversidade brasileira foram mapeadas para estudos de remédios.

Um projeto que começou em 1999 e durou 10 anos, e que em 2005 colocou no mercado o primeiro remédio 100% brasileiro, feito do início ao fim com base em pesquisas nacionais: o primeiro anti-inflamatório com base em uma planta brasileira, a erva baleeira.

Leia mais

Pesquisas

“É muita bobagem do governo cortar aquilo que é o futuro”, diz cientista catarinense premiado

Destaque

UFSC é a universidade brasileira com mais citações em trabalhos acadêmicos

— Esse projeto durou sete anos para desenvolver, com mais de 800 pacientes testados, em vários lugares do Brasil. E foi um sucesso absoluto. Desde que foi lançado até hoje ele é o primeiro colocado em vendas em receituários na categoria para dor e inflamação em medicamento tópico. A empresa gastou nesse projeto todo, das 10 plantas, US\$ 7,5 milhões (cerca de R\$ 30 milhões atualmente). Em dois anos e meio esse medicamento pagou todo esse investimento. Isso tornou a UFSC um destaque — lembra o professor Calixto.

Após esse projeto, as pesquisas com plantas do cientista renderam outros vários produtos encontrados no mercado, como um novo tipo de calmante natural e um creme cosmético contra o envelhecimento — produto que gerou, em 2008, os primeiros royalties recebidos pela UFSC por conta de um desenvolvimento para a indústria. Sorvete contra sintomas da quimioterapia

Tratando um linfoma de Hodgkin e internada durante as sessões de quimioterapia no ano passado, a modelo Marcella Di Pietro, de 21 anos, sofria com a falta de apetite e os enjoos, não conseguia comer e tinha o sistema digestivo sensível por causa do tratamento. Por indicação da nutricionista que a acompanhava no Hospital Universitário de Florianópolis, provou um sorvete que estava sendo testado para aliviar os sintomas dos pacientes em tratamento contra o câncer. Deu certo.

— Eu passei a consumir o sorvete todos os dias, porque era algo que eu conseguia comer sem me dar enjoo, até nos dias em que nem água eu aguentava beber. Eu precisava cuidar da alimentação e o sorvete ainda era extremamente saudável — lembra a jovem, que hoje está recuperada.

O sorvete em questão foi desenvolvido por pesquisadoras da UFSC e testado no HU com pacientes da oncologia. Com características de complemento alimentar e anestésico sensorial, ele foi feito pensando na aceitação dos pacientes que sofrem com os efeitos colaterais da quimioterapia. A fórmula contém açúcar orgânico, polidextrose (uma fibra solúvel) e no lugar da proteína do creme de leite e da gordura vegetal hidrogenada usa whey protein isolado e azeite de oliva sem sabor. Além de saudável e agradável para o paladar afetado dos pacientes, ele também humaniza o tratamento.

A pesquisa surgiu no programa de Pós-Graduação de Residência Integrada

Multiprofissional em Saúde do HU da UFSC, com envolvimento das pesquisadoras Francilene Kunradi Vieira, Paloma Mannes, Aline Valmorbida e Raquel Kuerten de Salles.

Atualmente o sorvete é fabricado pela empresa Ypy Sorvetes, de Florianópolis, e vendido para pacientes que estão fazendo o tratamento em casa. Conforme a marca, atualmente há um processo em andamento para que o alimento seja oferecido também em hospitais conveniados.

Cultivo de moluscos marinhos

Desde os anos 1990 o Laboratório de Moluscos Marinhos da UFSC tem influência determinante na produção de ostras em Santa Catarina, que representa 98% de toda a produção nacional. É do laboratório que saem as chamadas sementes das ostras, responsáveis pelo cultivo na região, visto que na coleta natural dessas sementes no mar não há volume suficiente para a demanda comercial.

Segundo a UFSC, somente na safra de 2016-2017 foram cerca de 217 vendas de sementes do laboratório, que oscilam entre 50 mil e um milhão de unidades. O laboratório atende toda a demanda local de cultivo e vende os excedentes, o que torna o espaço o principal no setor de moluscos no Brasil. E tudo começou com pesquisas em parceria da universidade com pescadores artesanais e a Epagri, que por quase três décadas avançaram e aumentaram a entrega mensal de sementes de ostras de 400 mil em 1997 para mais de 40 milhões em 2010.

Sistema do SUS para mais de 2 mil municípios

Desde janeiro deste ano um convênio do Ministério da Saúde com a UFSC faz com que cerca de 200 cidades no Brasil utilizem o sistema e-SUS AB, desenvolvido no Laboratório Bridge, vinculado ao Centro Tecnológico da UFSC (CTC). Em junho o aplicativo foi premiado nacionalmente no 19º Simpósio Brasileiro de Computação Aplicada à Saúde, no Rio de Janeiro.

O aplicativo torna todo o registro de atividades coletivas realizadas fora das Unidades Básicas de Saúde (UBS) digital, sem a necessidade de relatórios em papel — como acontecia até então no SUS. Ele integra o Projeto e-SUS, feito pelo Laboratório Bridge desde 2013 e que engloba uma solução que já é aplicada em cerca de 2600 cidades, segundo a UFSC. O e-SUS tem o Prontuário Eletrônico Cidadão (PEC), Coleta de Dados Simplificada (CDS) e os aplicativos mobile de Atenção Domiciliar, Território e Atenção Coletiva.

O Bridge tem 118 colaboradores, entre bolsistas graduandos e pós-graduandos da UFSC, profissionais contratados e professores orientadores.

[topo](#)

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

MEC não apoiará proposta que prevê Fundeb permanente com 40% de recursos da União

A relatora na Câmara defende o aumento da participação da União, dos atuais 10%, para 40% no longo prazo

BRASÍLIA - O ministro da Educação, Abraham Weintraub, disse nesta quinta-feira que não apoiará, no Congresso, a proposta da deputada Dorinha Rezende (DEM-TO) para o novo modelo do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica

(Fundeb).

Como mostrou o Estado, a parlamentar, relatora do tema na Câmara dos Deputados, defende o aumento da participação da União, dos atuais 10%, para 40% no longo prazo. “Consideramos que a proposta da Professora Dorinha fere o equilíbrio fiscal, vamos buscar outra solução”, disse o ministro.

O Ministério da Educação quer aumentar esse percentual para 15% de forma gradativa e atrelar esse incremento a cláusulas de desempenho dos governos beneficiados. O Ministério da Economia afirmou, por meio de nota, que apoia o aumento da parte da União no Fundeb para 15%, desde que a fonte dos recursos sejam os fundos constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Ainda nesta quinta-feira, Weintraub se reuniu com o ministro da Economia, Paulo Guedes. O chefe da Educação disse que os dois ministérios estão alinhados e trabalham juntos para elaborar uma proposta. “Sempre trabalhamos unidos”, disse.

Weintraub afirmou que o governo pode agora enviar um texto próprio ao Congresso para manter o programa e que, inclusive, já chegou a conversar com o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, sobre o assunto.

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação foi criado pela emenda constitucional 53, de 2006. O mecanismo responde por mais de 63% das verbas hoje disponíveis para os níveis fundamental e médio, segundo o Ministério da Educação (MEC).

O Estadão/Broadcast mostrou na quarta-feira, 18, que a equipe econômica acompanha com apreensão o relatório PEC 15 de 2015. Pelas contas de técnicos do Ministério da Economia, a aprovação do texto pode aumentar o gasto do governo federal em mais de R\$ 855 bilhões em dez anos, anulando todo o esforço da reforma da Previdência.

Durante a apresentação do relatório na quarta, a deputada apresentou números da consultoria legislativa da Câmara que apontam impacto de R\$ 279 bilhões para a União em 10 anos. Ela, no entanto, não soube informar a base do cálculo e nem se esses valores foram corrigidos pela inflação.

Para chegar aos 40%, a proposta de Dorinha prevê que novas fontes de arrecadação sejam destinadas ao Fundeb. A lista inclui 75% de tudo que União, Estados, municípios e DF arrecadarem em royalties de extração mineral – inclusive, petróleo e gás.

Segundo Weintraub, o governo federal discorda dessa possibilidade. O MEC se baseia em estudos que estabelecem um investimento mínimo de R\$ 4,3 mil por aluno, por ano, e diz que os 15% de verbas federais são suficientes para atingir esse patamar.

“A previsão do preço do petróleo é muito volátil. Quando ela introduz critérios como esse, e ainda dá um exponencial de trazer 40% em vez de 15%, ela aumenta essa volatilidade, trazendo mais instabilidade. Tecnicamente, foi uma surpresa. e a gente está retirando o apoio”, disse o ministro.

O Fundeb é composto por recursos das administrações municipais, estaduais e do

Distrito Federal. Além disso, acrescentam-se a ele, hoje, 10% do total como contrapartida do governo federal para garantir que cada Estado e município cumpra um valor mínimo de gasto por aluno definido a cada ano pelo MEC. Pela legislação atual, o Fundeb deve ser extinto em dezembro de 2020, mas a PEC busca torná-lo permanente.

topo ↕

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

Experiências são fundamentais na Educação Infantil

As crianças descobrem o mundo com suas mãos. Olham, pegam, apertam, puxam. Experimentam o tempo todo e é assim que aprendem e se desenvolvem. Por isso, o Colégio Alicerce promove momentos para divertidas explorações na Educação Infantil.

As turminhas do Integral e do Minimaternal, por exemplo, estão ampliando seu conhecimento sobre as cores. As tintas despertam sempre o olhar curioso e a vontade de saber mais. Os alunos sentem o cheiro de longe, observam o azul, o vermelho, o amarelo e o roxo. Colocam o pincel com cuidado e concentração. Momento de testar, criar e imaginar. É tão bom assim.

Para finalizar essa vivência colorida, a professora fez um experimento que pode ser replicado em casa com leite, corante alimentício de diferentes cores, detergente de lavar louças e palito para misturar. Basta colocar o leite no prato, adicionar gotas de corantes e o detergente. As cores vão se misturar e o sucesso é garantido!

“Esse tipo de atividade ajuda no desenvolvimento da coordenação motora, agilidade, conhecer e reconhecer cores, trabalhar em grupo, entre outras. As crianças ficam orgulhosas com seus feitos e descobertas”, acrescenta a coordenadora Cristiane Fernandes.

topo ↕

METRÓPOLES - TEMPO REAL

Testemunha de defesa de Dilma ganha poder (e cargos) no MEC de Weintraub Wagner Vilas Boas assumiu diretoria na pasta e sua esposa foi contratada no Inep. O casal foi investigado pelo MP

Pouco menos de um mês após a chegada do atual ministro da Educação, Abraham Weintraub, ao cargo, um antigo conhecido da pasta voltou a ganhar poder – e cargos – na estrutura do MEC. Trata-se de Wagner Vilas Boas, ex-secretário-executivo adjunto do ministério entre 2015 e 2016, época em que um dos ministros foi o petista Aloizio Mercadante. Além disso, ele foi testemunha de defesa da ex-presidente Dilma Rousseff (PT) no processo de impeachment.

Na ação, que foi julgada pelo Senado, Dilma sofreu acusação de crimes de responsabilidade fiscal ao editar três decretos de crédito suplementar, que totalizavam R\$ 1,6 bilhão, sem a autorização do Congresso Nacional. Coube a Vilas Boas levar aos senadores explicações e tentar demonstrar que a movimentação não apenas era legal, mas estava em acordo com as melhores práticas. Seu testemunho foi dado no dia 16 de junho de 2016.

Hoje, ele ostenta o cargo de diretor da Diretoria de Desenvolvimento da Rede de Instituições Federais de Ensino Superior (Difes) e é constantemente incluído em reuniões de Weintraub. Vilas Boas é funcionário concursado da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), cedido ao MEC. Ele foi nomeado no dia 24 de abril, 16 dias após a chegada de Weintraub no ministério.

A sua proximidade com o ministro garantiu que, mesmo com o histórico ligado aos governos petistas, ele assumisse, a partir de 4 de julho, o cargo de substituto eventual do secretário de Educação Superior do MEC durante os afastamentos e impedimentos. Essa nomeação durou mais de um mês. Apenas em agosto, o ministério designou Roberto Endrigo Rosa para o cargo de substituto.

O MEC foi procurado para se posicionar a respeito do tema. Segundo a pasta, a escolha do testemunho de Dilma foi “técnica”. “Não há no âmbito deste Ministério processo administrativo em desfavor do servidor”, destacou o ministério, em nota.

Esposa ganha emprego

Não é apenas Wagner Vilas Boas que passou a bater cartão no ministério a partir da chegada de Weintraub na pasta. Sua esposa, Ana Karina Militão Vilas Boas, servidora concursada da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), também foi transferida para um órgão ligado ao Ministério da Educação, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

AGÊNCIA CÂMARA - TEMPO REAL

Orçamento para bolsas de pesquisa depende da arrecadação de impostos, diz secretário

O secretário-executivo do Ministério da Economia, Marcelo dos Guimarães, informou que o orçamento previsto para as bolsas de pesquisa em 2020 é de R\$ 1,025 bilhão, mas esses recursos também dependem do aumento da arrecadação de impostos. Ele participou nesta quarta-feira (18) de audiência pública da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados que discutiu a situação orçamentária do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e investimentos em ciência e tecnologia para os próximos anos.

Durante o debate, Marcelo enumerou algumas prioridades do governo, como o ajuste fiscal e o aumento da eficiência de gastos. E apontou como problema o crescimento das despesas obrigatórias, que daria menos espaço às chamadas despesas discricionárias, nas quais se inclui o pagamento das bolsas aos pesquisadores. A expectativa é que o CNPq tenha recomposição orçamentária até o final do ano.

"A gente precisa recompor o orçamento que recebemos no ano passado (cerca de R\$ 730 milhões) para quase R\$ 1,1 bilhão. Havia um compromisso de R\$ 330 milhões: nós já havíamos recomposto desde setembro R\$ 80 milhões e agora precisamos de mais R\$ 250 milhões", explicou. "Precisamos de ajuda da Casa para suplementação orçamentária. Os recursos para isso dependem sempre de uma realização da receita, que nós acompanhamos bimestralmente, por meio dos nossos relatórios."

Causa suprapartidária

Parlamentares presentes à reunião ressaltaram a importância do investimento em ciência e tecnologia para o desenvolvimento do País e salientaram que a luta por esses recursos é uma causa suprapartidária. Alguns deputados, como Margarida Salomão (PT-MG), questionaram o tratamento preferencial que o representante da área econômica afirma estar sendo dado ao setor.

Margarida Salomão questionou o tratamento do governo à área de ciência e tecnologia "Se, como porta-voz do governo, ele [Marcelo dos Guimarães] reconhece a prioridade da

ciência e tecnologia como elemento de fomento para o desenvolvimento econômico e social do Brasil, então evidentemente essa área não pode ter um tratamento linear, um tratamento tão omisso quanto o que ele apresentou", disse.

Características específicas

Alguns alunos de pós-graduação acompanharam as explicações do secretário-executivo do Ministério da Economia. Barbara Pontes, da Comissão de Bolsistas do CNPq e da **Capes**, lembrou que o ritmo das pesquisas tem características específicas.

"A gente não pode confundir eficácia e eficiência com coisas de curto prazo. A pesquisa demanda longo prazo e isso não significa que ela é ruim", afirmou Barbara. "Significa que a gente precisa desses incentivos a longo prazo e pensar em como a ciência, cada dia mais, deve ser valorizada no Brasil."

No final do debate, o deputado Márcio Jerry (PCdoB-MA), 1º vice-presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, anunciou para o dia 2 de outubro, na Câmara dos Deputados, a realização da Marcha da Ciência e Tecnologia, com a participação de pesquisadores, parlamentares e demais interessados na garantia de recursos para a área.

topo ↕

AGROLINK - TEMPO REAL

Fundecitrus irá realizar VI Simpósio MasterCitrus em 25 de outubro

Alunos do mestrado profissional da instituição apresentarão os resultados de suas pesquisas

O Fundo de Defesa da Citricultura – Fundecitrus realiza, em 25 de outubro, o VI Simpósio MasterCitrus, com a apresentação dos resultados de pesquisas dos alunos do Mestrado Profissional em Controle de Doenças e Pragas dos Citros, oferecido pela instituição. O evento é gratuito e ocorre em sua sede, em Araraquara/SP, a partir das 8h30.

A instituição organiza o Simpósio com o objetivo de compartilhar com os citricultores e profissionais do setor os resultados das pesquisas do MasterCitrus de forma que contribua com o aprimoramento do manejo e do controle das principais doenças e pragas que afetam a citricultura.

Neste ano, o evento será organizado em 9 palestras curtas com apresentação de resultados de estudos sobre o controle da podridão floral, do cancro cítrico, do greening (huanglongbing/HLB) e da leprose dos citros. Confira a programação completa aqui.

As pesquisas desenvolvidas no MasterCitrus geram resultados que podem ser aplicados no campo e proporcionam eficiência e economia na condução dos pomares de laranja.

As vagas para o Simpósio MasterCitrus são limitadas. Para se inscrever clique aqui.

O MasterCitrus é oferecido desde 2009 e já formou 87 mestres. É reconhecido pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** do Ministério da Educação e Cultura (MEC), com nota 4.

Serviço:

VI Simpósio MasterCitrus – Apresentação dos resultados das pesquisas dos alunos do

Data: sexta-feira, 25 de outubro de 2019

Horário: 8h30

Local: Fundecitrus – Av. Dr. Adhemar Pereira de Barros, 201, Vila Melhado - Araraquara

Inscrições: <http://www.fundecitrus.com.br/cursos/inscricao>

topo ↕

JORNAL DA CIÊNCIA - TEMPO REAL

Campanha “Ciência, pra que ciência?” já recebeu mais de 60 vídeos

A SBPC convida todos os pesquisadores, desde a iniciação científica até a pós-graduação, bolsistas e ex-bolsistas, profissionais de todas as áreas e todos os amigos da ciência a participar da campanha “Ciência, pra que Ciência?” e compartilhar suas histórias sobre a importância da ciência para suas vidas e para o Brasil

A campanha “Ciência, pra que ciência?”, lançada pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), já recebeu mais de 60 vídeos nos quais os participantes contam como os cortes no orçamento da **Capes** e do CNPq, principais agências de fomento à ciência do País, irão comprometer o futuro de pesquisas importantes para o desenvolvimento do País.

Os vídeos estão sendo publicados diariamente nas redes sociais da SBPC e disponibilizados também em uma playlist da TV SBPC, no YouTube.

Entre as pessoas que enviaram depoimentos está Dasciana Rodrigues, pesquisadora da Embrapa. Ela destaca que o Brasil tem grande potencial biotecnológico, principalmente na área de produção de enzimas, utilizadas na produção de alimentos e biocombustíveis. “Sem investimento nessa área de pesquisa, o Brasil ficará atrasado tecnologicamente”, diz.

O grupo de saúde coletiva da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), que desenvolve estudos sobre como a obesidade impacta no desenvolvimento infantil, também participa da campanha e afirma que os cortes podem prejudicar a continuação das pesquisas. “A ausência de bolsas impacta diretamente na manutenção do estudante. Toda pesquisa demanda empenho, esforço, custos, deslocamento, em todo o processo, em todas as etapas. Quem investe em ciência, investe na saúde coletiva. Apoie essa ideia”, declara o grupo.

Outro que reforça o coro da necessidade de manter os investimentos em pesquisa, além de defender uma educação de qualidade é Lucas Peres Guimarães, doutorando em ensino de ciências pelo Instituto Federal do Rio de Janeiro e professor da Educação Básica. “Sei da necessidade do professor estudar e ocupar o campo de pesquisa no ensino de ciências”, diz.

Diante desse cenário, a SBPC convida todos os estudantes e pesquisadores, desde a iniciação científica até a pós-graduação, bolsistas e ex-bolsistas, profissionais de todas as áreas e todos os amigos da ciência a participar da campanha e compartilhar suas

histórias, que serão amplamente divulgadas nas redes sociais da entidade. Basta gravar um breve vídeo, com duração de 30 segundos a um minuto, acessar este link, preencher um breve formulário e seguir as instruções para carregá-lo. O depoimento pode ser gravado em celular mesmo, em alta definição, com o aparelho na horizontal.

A campanha “Ciência, pra que Ciência?” soma forças às intensas manifestações que a SBPC, com apoio de outras entidades científicas do País, vem realizando em defesa dos recursos para a viabilização da Ciência no Brasil, como o abaixo-assinado online #SomosTodosCNPq. A petição foi entregue ao presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, na última quarta-feira, 28 de agosto e já recebeu quase 1 milhão de assinaturas. Ela continua disponível neste link para quem ainda quiser assinar.

Jornal da Ciência

topo ↕

JORNAL DA CIÊNCIA - TEMPO REAL

Fórum de coordenadores de pós-graduação em Saúde Coletiva manifesta-se contra cortes

“Corte direcionado aos programas com menores notas (3 e 4), que não terão suas bolsas restituídas, irá provocar uma maior desigualdade no Sistema Nacional de Pós-Graduação, pois afeta os cursos menores e localizados, majoritariamente, nas regiões Norte e Nordeste do País”, alerta a Abrasco

Leia abaixo a nota:

O Fórum de Coordenadores de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Associação Brasileira de Saúde Coletiva – Abrasco, vem a público manifestar sua indignação com o recuo parcial do Ministério da Educação, que anunciou a retomada de 3.182 bolsas para alunos de mestrado, doutorado e pós-doutorado, privilegiando os cursos com melhor avaliação pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes**.

Esse corte direcionado aos programas com menores notas (3 e 4), que não terão suas bolsas restituídas, irá provocar uma maior desigualdade no Sistema Nacional de Pós-Graduação – SNPG, pois afeta os cursos menores e localizados, majoritariamente, nas regiões Norte e Nordeste do País. Essa decisão contrária, portanto, o próprio Plano Nacional de Pós-Graduação brasileiro, que visa ao fortalecimento das instituições mais distantes do centro-sul, contribuindo para a fixação de doutores e para o desenvolvimento das regiões mais carentes.

Deve ser explicitado ainda o reconhecimento por parte dos programas com melhor avaliação (notas 5 a 7) da importância dos cursos 3 e 4 para a manutenção de todo SNPG e alcance dos objetivos de desenvolvimento científico e tecnológico, considerando que o relevante impacto desses cursos para a formação de recursos humanos qualificados e transformação social, sobretudo nas regiões onde estão localizados.

Entende-se que esse ataque direcionado aos programas menores, alinhado à redução expressiva dos recursos de outros órgãos, como do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, prejudica sobremaneira a busca pela valorização do pensamento humano, redução das desigualdades sociais, melhoria

da qualidade de vida de nossa população e, conseqüentemente, o desenvolvimento do país.

Fórum de Coordenadores de Pós-graduação em Saúde Coletiva da Associação Brasileira de Saúde Coletiva.

Abrasco

topo ↕

SEGS - PORTAL NACIONAL - TEMPO REAL

Debate internacional de educação está com inscrições abertas

Prazo para quem for apresentar trabalhos vai até o dia 30 deste mês e aos demais, até o dia 31 de outubro

A coordenação do Programa de Mestrado em Educação anuncia a realização do 2º Congresso Internacional de Educação da Unoeste, de 11 a 13 de novembro. As inscrições estão abertas com dois prazos: submissão para apresentação de trabalhos até o dia 30 deste mês e para participação geral até 31 de outubro.

De acordo com o coordenador Dr. Marcos Vinicius Francisco, serão três conferências com renomados pesquisadores. A abertura será com o Dr. Ângelo Ricardo de Souza, da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e coordenador adjunto na área de Educação da Coordenação de Pessoal de Nível Superior (Capes), órgão do Ministério da Educação.

A conferência de abertura ocorrerá no dia 11, das 9h às 12h, no Teatro Universitário César Cava, no campus I da Unoeste, com a mediação do coordenador. O tema será “A pesquisa em educação e seus impactos no desenvolvimento humano”. No mesmo dia e local haverá uma conferência a noite, das 19h30 às 22h30.

A conferencista da noite virá da Universidade Pedagógica do México, a Dra. Guadalupe Pujól Galván, que discorrerá sobre “Dispositivos de investigación-intervención e la formación de docentes e em posgrado” (Dispositivos de pesquisa-intervenção e treinamento de professores e graduados). Atuará na mediação a Dra. Mônica Fürkotter, pesquisadora vinculada ao programa da Unoeste.

No encerramento, no dia 13, a conferência com o Dr. Jordi Quintana Albalat, da Universidade de Barcelona, acontecerá no auditório Buriti, no campus 2 da Unoeste. O tema será “La innovación educativa: algo más que una etiqueta” (Inovação educacional: mais do que apenas um rótulo). Atuará como mediadora a Dra. Danielle Aparecida do Nascimento dos Santos, da Unoeste.

O congresso está estruturado com ampla programação de interesse de profissionais e estudantes da área de educação, sendo que os pesquisadores e estudantes do programa elegeram o tema “A pesquisa em Educação e seus impactos no desenvolvimento humano”, levando em consideração o cenário atual do Brasil.

Estão programados minicursos, mesas-redondas e apresentações de trabalhos, além das conferências. A primeira edição do congresso aconteceu em 2015, de 18 a 20 de novembro, com o envolvimento de pesquisadores conferencistas brasileiro, cubano e canadense.

Serviço – Mais informações e inscrições no espaço Fique por Dentro, na homepage da Unoeste.

topo ↕

UFPEL - TEMPO REAL

Consun emite Nota de Rejeição ao Future-se

O Conselho Universitário (Consun) da UFPEL, reunido na manhã desta quinta-feira (19), em sua sala na Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, no Campus Capão do Leão, emitiu uma Nota de Rejeição ao Programa Future-se, do MEC.

Eis a íntegra do documento:

Nota de Rejeição ao FUTURE-SE

O Conselho Universitário da Universidade Federal de Pelotas vem a público manifestar-se em relação ao Programa FUTURE-SE, apresentado pelo Ministério da Educação e disseminado amplamente na mídia, nos seguintes termos:

1. O FUTURE-SE foi construído sem qualquer diálogo com as Universidades Federais brasileiras, seja por meio de suas administrações, seja por meio das entidades representativas das três categorias que compõem a comunidade universitária.
2. O FUTURE-SE foi apresentado em momento inoportuno, no ápice de uma crise financeira que ameaça o próprio funcionamento das Universidades Federais. O bloqueio orçamentário atual prejudica todos os setores da Universidade, incluindo salas de aula, laboratórios, projetos de ensino, pesquisa e extensão, restaurante universitário, moradia estudantil, serviços terceirizados, entre outros.
3. O FUTURE-SE foi construído de maneira aligeirada, absolutamente superficial, sem detalhar questões centrais necessárias ao entendimento aprofundado do projeto.
4. O FUTURE-SE prevê a contratação de uma organização social, que representaria uma gestão paralela das Universidades Federais, ferindo o princípio constitucional da autonomia universitária.
5. O FUTURE-SE apresenta uma visão meramente econômica do fazer universitário, desconsiderando os pilares centrais das Universidades: ensino, pesquisa e extensão.
6. O FUTURE-SE não é explícito em relação ao futuro das carreiras dos servidores docentes e técnico-administrativos das Universidades Federais, prevendo inclusive sua cedência para uma organização social e sugerindo a possibilidade de terceirização de suas atividades.

Pelas razões expostas, o Conselho Universitário da Universidade Federal de Pelotas manifesta-se contrário ao FUTURE-SE e solicita que a tramitação do projeto seja imediatamente encerrada.

Caso o Ministério da Educação queira dialogar sobre o futuro das Universidades Federais, exigimos que isso seja feito junto às comunidades universitárias, representadas por suas administrações e entidades representativas, desde que respeite os princípios da Universidade pública, gratuita, laica, de qualidade e socialmente referenciada.

O CONSUN ainda vem a público manifestar repúdio aos cortes efetivados pelo Governo Federal das verbas das universidades e das agências de fomento da pesquisa no Brasil: CNPq e CAPES.

Por fim, o Conselho Universitário da Universidade Federal de Pelotas manifesta veementemente seu repúdio às sucessivas nomeações de reitores e reitoras que não foram eleitos, em primeiro lugar, por suas comunidades, ferindo gravemente a democracia e a autonomia universitária.

Pelotas, 19 de setembro de 2019.

Compartilhe:

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Alunos com Fies e ProUni desistem menos de curso superior

A média geral no Brasil é de 56,8% de desistentes de graduação, aponta Censo da Educação Superior

BRASÍLIA - Dos ingressantes no ensino superior, cerca de 56,8% desistirão do curso no período de sete anos, 37,9% terão se formado e 5,3% ainda estarão matriculados. Os cálculos foram feitos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), ligado ao Ministério da Educação , considerando os estudantes que entraram na graduação em 2010 e suas trajetórias até 2016.

Os dados, apresentados como parte do Censo da Educação Superior nesta terça-feira, mostram uma diferença significativa entre alunos com e sem Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). A taxa de desistência entre os que não contavam com Fies foi 62,1%, ante 39,2% no universo de estudantes com o financiamento.

Da mesma forma, 40,9% dos estudantes com ProUni desistiram do curso ao fim do período analisado, contra 62,1% entre os que não tinham a bolsa concedida pelo governo federal. No grupo que recebe algum incentivo, as taxas de conclusão do cursos são maiores: 53,3% dos que tinham Fies se formaram, ante 35,1% dos que não tinham; 56% que contavam com ProUni finalizaram o curso, enquanto a taxa entre os que não recebiam o benefício foi de 34,8%.

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, ressaltou a informação da alta evasão no ensino superior em fala breve que fez antes mesmo de os dados serem divulgados aos jornalistas. Ele disse que é preciso corrigir tal "ineficiência" para "dobrar" o número de aluno no ensino superior sem aporte de novos recursos, mas não deu explicações de como o MEC pretende fazer isso e saiu antes de a coletiva ter início.

- A conclusão óbvia é que se a gente reduzisse significativamente essa ineficiência, conseguiríamos dobrar o número de pessoas com ensino superior completo no Brasil utilizando os mesmos recursos - afirmou Weintraub.

O número de pessoas com educação superior no Brasil ainda é baixo. Entre a população de 25 a 34 anos, 19,6% têm ensino superior. Essa taxa é de 23,4% no México, 27,7% na Itália, 29% na Colômbia, 33,7% no Chile e 40% na Argentina. A média dos países da OCDE é de 44,1% na mesma faixa etária de 25 a 34 anos.

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Pela 1ª vez, licenciatura a distância tem mais alunos que no ensino presencial

Do total de universitários que estudam para ser professores da educação básica, 50,2% fazem o curso a distância; qualidade da formação dos futuros docentes preocupa

BRASÍLIA - A tendência de aumento da educação a distância no ensino superior se intensificou no caso dos cursos de licenciatura , que habilitam o formado a ser professor da educação básica. Pela primeira vez no país, o número desses graduandos na modalidade não-presencial se tornou maioria no país: 50,2% dos matriculados nas licenciaturas fazem a formação a distância, segundo dados do Censo da Educação

Superior divulgados nesta quinta-feira.

Na rede privada, 69,2% dos alunos de licenciatura estão na modalidade a distância. Nas instituições públicas, esse índice é bem menor, de 18,6%. As mulheres são maioria entre o total de matriculados nas licenciaturas no país, representando 71,3%, ante 28,7% de homens. Pedagogia (45,9%) e educação física (10,3%) estão no topo dos cursos com mais estudantes, considerando modalidades presencial e a distância.

A taxa de desistência desses alunos, porém, preocupa. De cada dez estudantes que ingressam no curso de licenciatura em física, só dois se formam em um período de sete anos. Cerca de 71% desistem do curso e 9,6% continuam estudando, segundo rastreamento feito pelo MEC da trajetória dos ingressantes nas graduações em 2010 e qual era a situação deles em 2016.

Em matemática, os índices também são preocupantes. Somente 28,5% conseguem se formar, ao final dos sete anos analisados. Cerca de 62% desistem e 9,3% continuavam matriculados. No caso de química, a taxa de desistência foi de 61,9%, a de conclusão do curso ficou em 27,9% e 10,3% permaneciam. Em pedagogia, 49% acabaram desistindo, 47,5% terminaram a graduação e 3,5% seguiam nos estudos.

Os elevados índices de desistência no caso das licenciaturas seguem a média geral no país, onde somente 50% dos universitários se formam no tempo regular do curso acrescido de mais três anos. No entanto, considerando que a situação envolve os futuros professores da educação básica, o problema se torna ainda maior. Isso porque há uma demanda por docentes com formação adequada como ponto fundamental para melhorar o nível de aprendizagem dos alunos.

No ensino médio, segundo o MEC, somente 28,4% dos professores de sociologia têm licenciatura na disciplina que lecionam, situação considerada ideal. Na física, esse índice é de 43,3%. A melhor situação é em Biologia, com quase 80% dos professores com formação adequada. Por outro lado, de 4% a 7,5% dos professores nas diferentes disciplinas do ensino médio não têm sequer curso superior completo.

Um outro cruzamento feito MEC mapeou 167.907 professores da educação básica que estavam matriculados no ensino superior em 2018. Constatou que 25% deles fazem cursos não relacionados com a formação docente, como direito e outros. Indica que um quarto deles almeja deixar a profissão, considerada de pouco reconhecimento no país

topo 

METRÓPOLES - TEMPO REAL

MEC está “distante” das metas do PNE para educação superior

Segundo o governo federal, quase 40% da população de 18 a 24 anos concluiu o ensino médio e não frequenta a universidade

O Censo da Educação Superior de 2018 confirmou um panorama preocupante para o Ministério da Educação (MEC): o governo está distante das metas projetadas pelo Plano Nacional de Educação (PNE) para o ensino superior no Brasil.

Entre os destaques divulgados nesta quinta-feira (19/09/2019) está que a taxa de eficiência é ruim em todos os recortes ou áreas e cursos. Para se ter ideia da gravidade da situação, quase metade dos estudantes que ingressam no ensino superior não concluem a graduação.

Em 2014, a ex-presidente Dilma Rousseff (PT) sancionou, após a aprovação do Congresso Nacional, o PNE, com vigência de 10 anos. Entre as principais metas estão a erradicação do analfabetismo, a universalização do atendimento escolar e a superação das desigualdades educacionais.

Quase 34% estudantes mudam de estado para cursar universidade
O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) aponta duas metas que enfrentam problemas. São as propostas 8 e 12.

A primeira promete elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 anos de estudo no último ano de vigência do PNE para as populações do campo – região de menor escolaridade no país e dos 25% mais pobres – e igualar a escolaridade média entre negros e não negros.

A outra prevê a elevação da taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurando a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.

O mais recente panorama do Censo mostra que apenas 9,7% da população mais pobre de 18 a 29 anos está cursando curso superior. O índice para pretos e pardos alcança apenas 10,9%.

O Brasil está atrás de países como México, Chile, Colômbia, Argentina, Portugal, Espanha, França, Estados Unidos, Reino Unido, Japão, Canadá, Rússia e Coreia do Sul quando se avalia o percentual da população com educação superior com a faixa etária de 25 a 34 anos. Apenas 19,6% possui diploma.

Segundo o governo federal, quase 40% da população de 18 a 24 anos concluiu o ensino médio e não frequenta a universidade. Neste universo, apenas 21,7% frequenta algum curso superior.

O país, segundo o Inep, tem atualmente 2,5 mil universidades e faculdades e mais de 8,4 milhões de alunos. As instituições privadas ainda são a principal fonte de ensino superior no país.

Críticas do ministro

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, participou da apresentação por poucos minutos. Ele reclamou do grau de desistência dos alunos que entram no ensino superior. Em média, só um terço dos alunos termina o curso no número de semestres previsto. Metade dos matriculados abandona a faculdade sem concluir o curso.

“Qualquer atividade econômica tem que ter critérios de eficiência. A gente é muito ineficiente no Brasil, sendo que há um elevado grau também de pessoas que ficam muito mais tempo que o previsto. A conclusão é que, se a gente reduzisse essa ineficiência, a gente conseguiria dobrar o número de pessoas com ensino superior”, criticou.